

Figura 7.38 - Opinião dos agricultores em relação à utilidade de um pousio abandonado.

- para 27% um pousio “*abandonado*” não serve para nada, pois não trás qualquer rendimento à exploração e poderá até representar o fim da actividade agro-pecuária, pois segundo afirmam: “*não se produz nada*”;
- uma reduzida minoria fundamenta a sua opinião, referindo que é útil para a terra, pois contribuí para a diminuição da erosão dos solos e para o seu “*descanso*” permitindo melhores produções.
- enquanto outra minoria (7%) salienta que um pousio com esta idade permite o refúgio de muitas espécies animais, sendo útil para a caça;
- outros(6%) ainda referem que em tempos apresentava grande utilidade, pois dava a lenha que servia para cozer o pão.

• *O ALQUEIVE*

Analisámos a opção dos agricultores em relação à realização de alqueive (figura 7.39) e verificámos que quase todos os indivíduos (94.4%) fazem alqueive, pois consideram que este permite: “*fabricar a terra e fazer boa sementeira no ano seguinte*”, “*que a terra seja curtida pelo sol*” e “*eliminar grandes quantidades de erva no ano seguinte*”.

Antigamente o alqueive fazia-se em Janeiro, nos dias de hoje quase sempre se faz durante os meses de Fevereiro ou Março, dependendo no entanto da humidade existente na terra: se estiver muito húmida realiza-se em Março, se estiver seca em Fevereiro. Porém, salientam que é conveniente que se faça mais tarde, para evitar a erosão e dar mais área de pastagem.

Apenas um reduzido número de agricultores (5.6%) abandonou esta prática, principalmente por causa do gado, pois assim aproveita melhor as pastagens. Ou então porque já não dá resultado, uma vez que já não semeiam o trigo e o alqueive é essencial para se fazer uma boa seara de trigo, desde que o período de sementeira decorra sem chuvas.

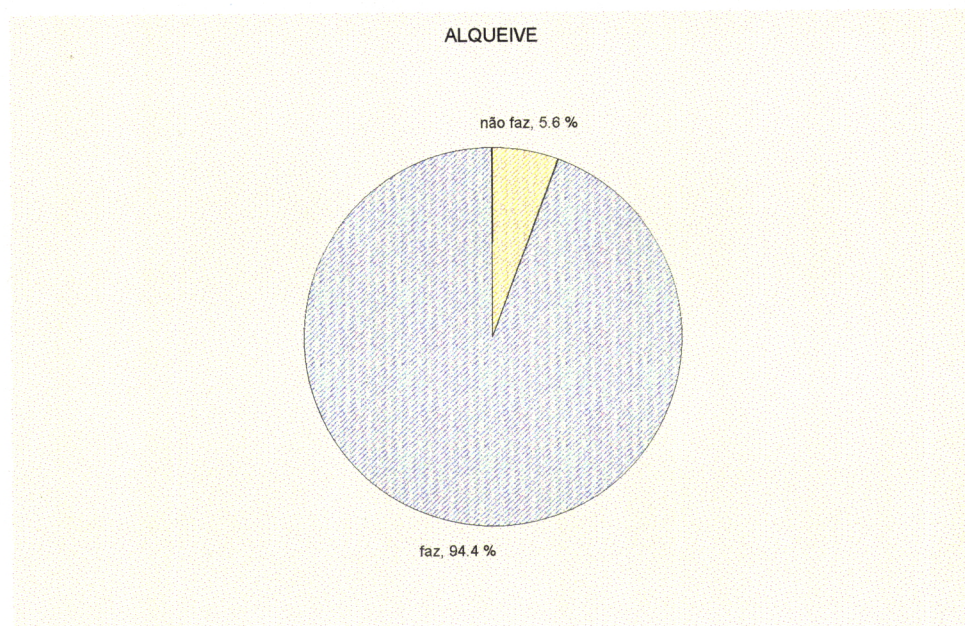


Figura 7.39 - Opção dos agricultores em relação à realização do alqueive.

• A OPINIÃO EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE ROTAÇÃO DAS CULTURAS

Pareceu-nos interessante analisar qual a opinião dos agricultores em relação a uma possível alteração do sistema de rotação das suas culturas e verificámos (figura 7.40) que a maioria (66.3%) dos inquiridos prefere manter o tipo de rotação a que está habituado. Apenas alguns (33.3%) consideram que poderiam utilizar outro tipo de rotação.

Os agricultores que consideram que devem manter o sistema de rotação de culturas fundamentam a sua opinião:

- 43%, dos indivíduos salientando que a rotação é tecnicamente aconselhada dada a fraca qualidade das terras e as baixas produtividades. Segundo afirmam: “a rotação dá mais descanso às terras” e “evita a utilização de grandes quantidades de produtos químicos”;
- uma pequena minoria (12%) de agricultores consideram que face ao facto de a pequena dimensão das suas explorações agrícolas condicionar o número de anos de pousio, não podem aumentar, como gostariam, a duração daquele nas suas explorações.

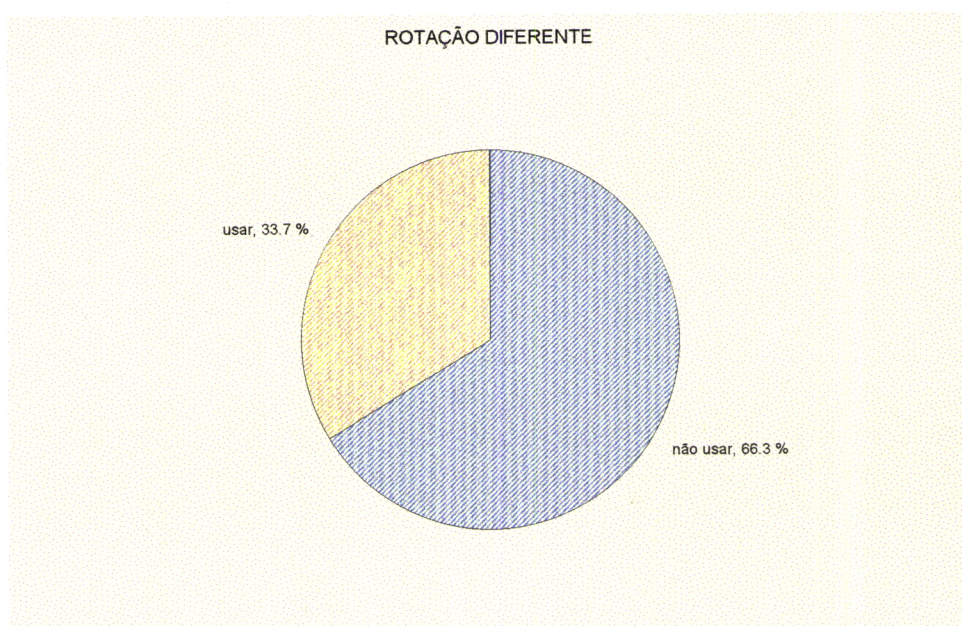


Figura 7.40 - Opinião dos agricultores em relação à possibilidade de usarem uma rotação diferente

Aqueles que consideram que poderiam utilizar outro tipo de rotação, fundamentam a sua opinião:

- 24%, pela necessidade em deixar de semear trigo, afirmam que :“o trigo faz muita despesa na ceifa, e é preciso sorte para dar para a despesa”. Consideram que seria preferível substituí-lo pelos cereais secundários (principalmente a aveia) e/ou por pastagens para o gado (trevo e azevém). Salientam que actualmente a cerealicultura deixou de ser estimulante, acabando por dar menos rendimento, face ao preço actual dos cereais. A diminuição da área semeada e o aumento da área de pousio, para aproveitamento das pastagens naturais, é uma das alternativas consideradas;
- uma reduzida minoria de agricultores, apresenta uma fundamentação oposta, pois considera que poderia deixar de fazer qualquer rotação, intensificando a cultura dos cereais, semeando assim todos os anos a terra;
- os restantes agricultores não apresentam uma justificação consensual, quanto à possível alteração da rotação que realizam.

• *A ROTAÇÃO TRADICIONAL*

Tentámos então averiguar, qual a percepção dos agricultores em relação ao sistema antigo de rotação das culturas e verificámos (figura 7.41) que a maioria (58.9%) é da opinião que era idêntico ao dos dias de hoje. No entanto alguns (41.1%) agricultores consideram que era relativamente diferente do actual.

Ao apresentarem as suas fundamentações, os agricultores reportam-se basicamente ao período após a “Campanha do Trigo”, na década de 30. Como era nos anos anteriores,

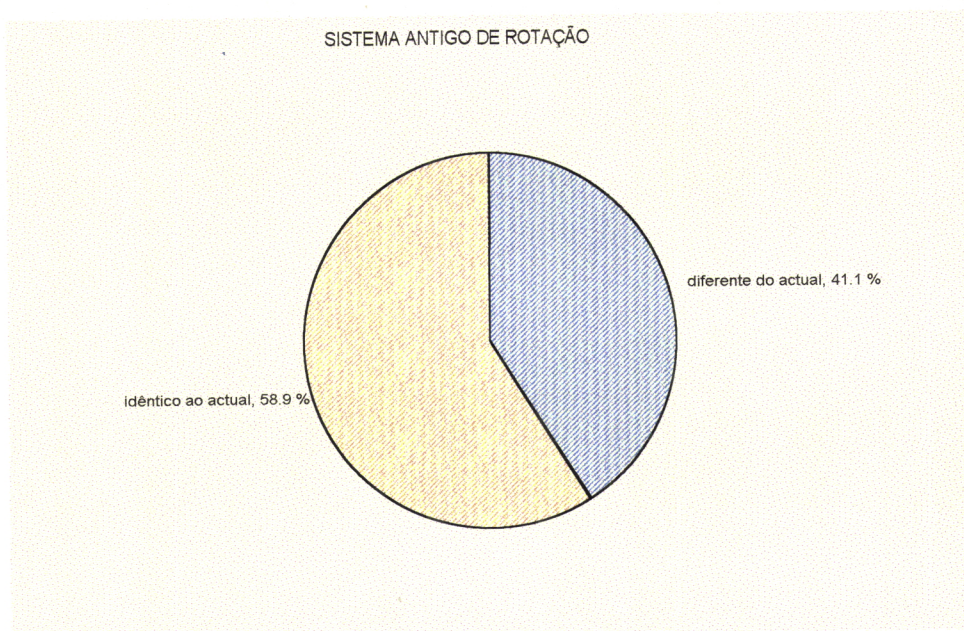


Figura 7.41 - Percepção dos agricultores em relação ao do sistema antigo de rotação das culturas.

muito poucos o recordam (apenas 30% dos agricultores). No entanto houve quem mencionasse que as rotações eram mais longas, com pousios de 7 a 8 anos de duração. Semeava-se menos e as variedades de trigos eram outras, “*menos produtivas mas mais adaptadas às características da região*”. Não se usavam adubos.

Após a “Campanha do Trigo”, houve um incentivo à produção do trigo. Os pousios passaram a ser mais curtos, com 1 a 2 anos.

Há aproximadamente 20 anos, com a revolução de 25 de Abril de 1974, houve um novo incentivo à produção deste cereal. A maioria dos agricultores recorda-se melhor desse período, considerando:

- alguns (32%) que as terras eram divididas em 4 ou 5 folhas:
 - trigo - cevada e/ou aveia - pousio (1 a 3 anos);
- outros têm uma opinião um pouco diferente, considerando que as terras eram divididas nas mesmas 4 ou 5 folhas;
 - alqueive - trigo - cevada e/ou aveia - pousio (4 a 7 anos);
- para uma reduzida minoria de agricultores (7%) semeava-se menos que actualmente;
- enquanto para outra minoria (9%) semeava-se mais;
- segundo um reduzido número de agricultores (7%) o afolhamento, e o sistema de rotação a ele associado estava dependente, da dimensão das explorações agrícolas e da qualidade das terras.

Referem alguns que a entrada para a Política Agrícola Comum, em 1986, intensificou novamente a produção de cereais e que o afolhamento se tornou mais “rígido”.

Anteriormente na mesma folha, podia-se semear o trigo na melhor terra, deixando a pior para a aveia, a cevada ou o tritcale. O sistema talvez fosse mais ajustado, pois a forma como era feito o afolhamento, dependia do modo como o agricultor conhecia as suas terras.

• *OPINIÃO EM RELAÇÃO À ROTAÇÃO TRADICIONAL*

Analisámos então qual a opinião dos agricultores em relação à manutenção do sistema de rotação tradicional no futuro (figura 7.42) e verificámos que a maioria (85.5%), é da opinião de que no futuro se deve manter o tipo de rotação tradicional das culturas, apenas uma minoria (13.5%) considera que este não deverá ser mantido.

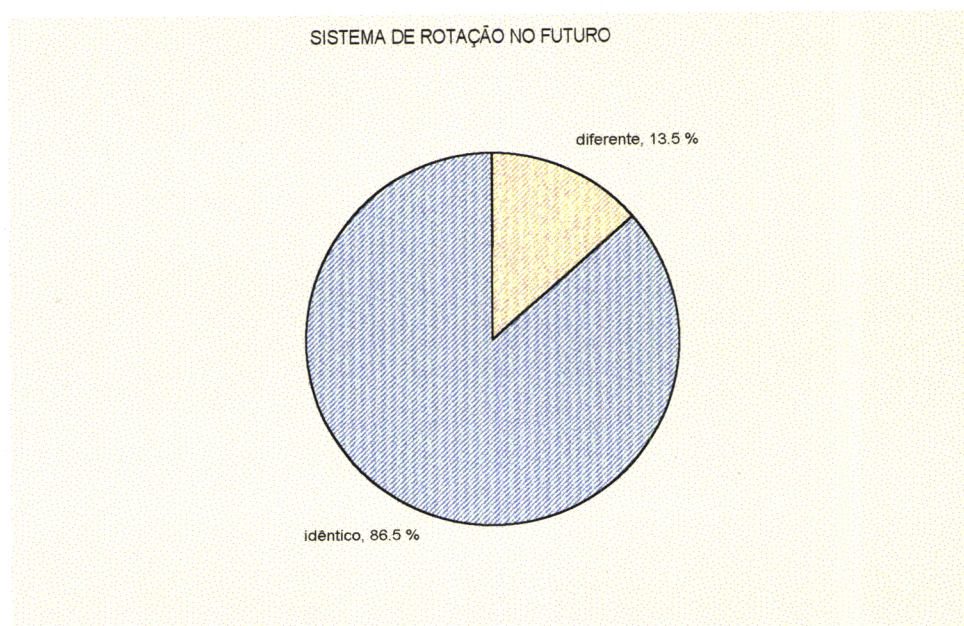


Figura 7.42 - Opinião dos agricultores em relação à manutenção do sistema de rotação tradicional no futuro

Ao analisarmos as fundamentações apresentadas, verificamos que:

- a maioria dos agricultores (60%) considera que o sistema de rotação tradicional se deverá manter no futuro, pois as terras são fracas e a rotação dá-lhes algum “descanso”, tornando a seara mais produtiva;
- uma minoria (13%) salienta ainda que a rotação permite tirar um melhor aproveitamento da terra, pois possibilita o complemento económico da actividade pecuária;
- para um número pouco significativo de agricultores (6%) deverá dar-se continuidade ao sistema de rotação tradicional, porque é aquele que melhor se adapta às

características climáticas desta região, afirmam que: “*é a sequência mais natural que toda a vida têm conhecido*”, pois permite uma relação de maior “*respeito pela terra*” e “*influencia a pessoa*”, tornando o “*viver mais importante*”;

- são poucos (3%), os que consideram importante a manutenção do referido sistema por contribuir para a diminuição dos riscos de erosão dos solos, devido à existência de um pousio.
- uma minoria (16%), não partilham da opinião de que se deve manter o sistema de rotação, justificando que consideram que a agricultura tradicional desta região tem os dias contados, se acabarem os subsídios comunitários. Salientam que se terá de deixar de fazer cereal, ou então fazer apenas a cerealicultura necessária para sustentar uma pecuária extensiva, aumentando-se assim a área de pastagens naturais e de pastagens semeadas;
- outros ainda, não apresentam uma fundamentação consensual, considerando que, ou se deve optar pela floresta, uma vez que actualmente é rentável face aos subsídios atribuídos, ou optar por outras culturas alternativas, que no entanto dizem desconhecer. Salientam, o facto de considerarem que não se justificará, face há existência de bons adubos, um pousio com mais de um ano de duração;
- alguns muito poucos apresentam uma certa indecisão em relação à manutenção das rotações tradicionais pois consideram que a lavoura está numa situação imprevisível e segundo afirmam dependerá: “*da evolução dos tempos, dos subsídios e do valor da semente*”.

O sistema de rotação das culturas apresenta algumas variantes que são dependentes dos cereais e da duração do pousio. Com o objectivo de esclarecermos qual seria o sistema de rotação tradicional das culturas a ser mantido no futuro, tentámos averiguar junto dos agricultores, qual a sua opinião. Verificámos que:

- quase metade destes (46%) considera que deverão manter as 4 ou 5 folhas
(alqueive - trigo - cevada ou triticales e/ou aveia - pousio (4 a 6 anos);
- outros (24%) são da opinião que deverá manter o mesmo afolhamento, mas com um pousio com 2 anos de duração;
- enquanto que para uma reduzida minoria (10%) o pousio deverá ter a duração de apenas um ano;
- curiosamente apenas um número pouco significativo de agricultores (4%), considera que se deverá retirar o trigo da rotação, devendo permanecer os restantes cereais, mantendo-se o afolhamento, com pousio de 2 a 5 anos de duração;
- os restantes (16%) de agricultores, não têm a sua opinião definida quanto ao tipo de rotação das culturas a manter no futuro, salientam porém que dependerá principalmente da dimensão das explorações agrícolas.

• AS QUEIMADAS

As queimadas dos restolhos das searas, fazem parte dos serviços complementares da lavoura.

Há aproximadamente 10 anos realizavam-se a partir do dia 15 do mês de Agosto. Actualmente, passaram a ser feitas a partir do dia 15 do mês de Setembro, como precaução contra os incêndios que ocorrem facilmente, nos dias muito quentes de Verão.

Estes factos levaram-nos a analisar qual a opção dos agricultores perante a realização de queimadas (figura 7.43) nas suas explorações e verificámos que:

- na sua maioria (67.8%) fazem queimadas;
- alguns (32.2%) abandonaram este tipo de serviço da lavoura.

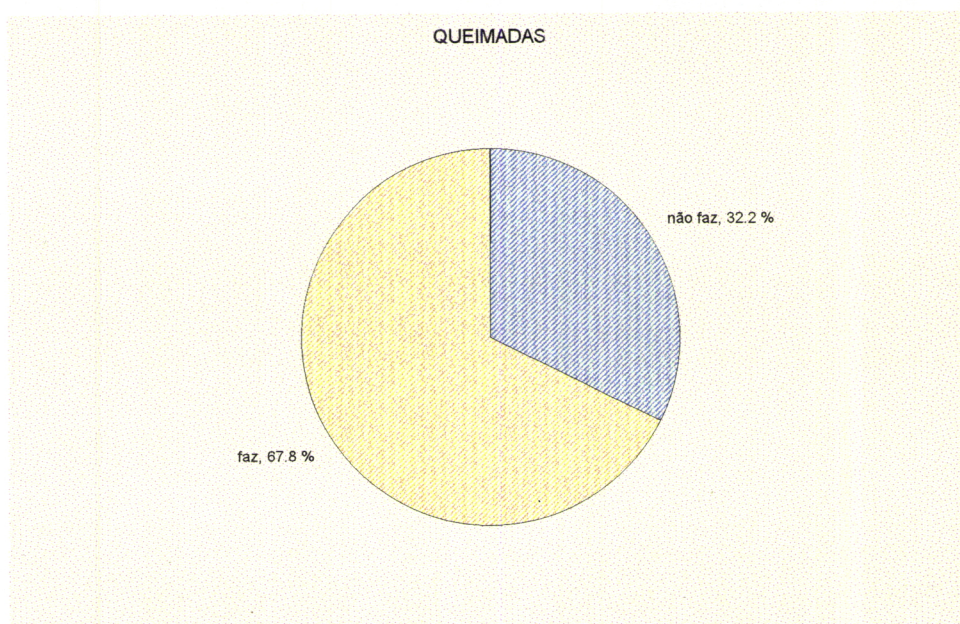


Figura 7.43 - Opção dos agricultores em relação à realização de queimadas dos restolhos das searas

Pareceu-nos, então interessante verificar, qual a opinião daqueles indivíduos em relação à utilidade da realização das queimadas (figura 7.44) e verificámos que as opiniões surgem divididas em dois grandes blocos, constituídos, cada um deles, por quase metade dos agricultores:

- num desses blocos (com 43.3% dos agricultores) está patente a opinião dos agricultores de que as queimadas são inúteis (destes 20% consideram-nas de muito inúteis);
- enquanto no outro, precisamente a mesma percentagem de agricultores, apresenta uma opinião oposta, de que as queimadas são úteis.

Para uma reduzida minoria (11%) de agricultores, este serviço complementar da lavoura, tem aspectos que se podem considerar de úteis e aspectos em que se podem considerar de inúteis.

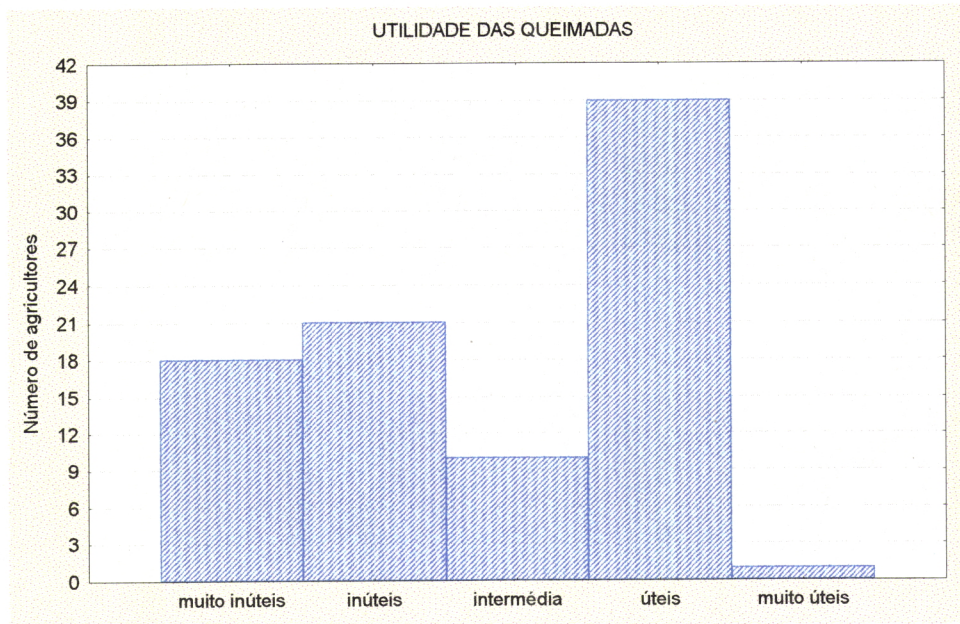


Figura 7.44 - Opinião dos agricultores em relação à utilidade das queimadas.

A análise das fundamentações apresentadas, relativamente à utilidade das queimadas, permitiu verificar que aqueles que as consideraram de úteis fundamentam-se de diferentes formas:

- para alguns (25%), aquelas permitem trabalhar melhor a terra, pela eliminação do pasto que dificulta o trabalho das máquinas;
- outros (19%) referem que este serviço complementar da lavoura, permite a desinfecção da terra, realiza o controle das infestantes pois queima muitas sementes e ervas daninhas. Consideram ainda que destrói a vida microbiana do solo, evitando assim algumas doenças que podem afectar as searas;
- para outros (18%), as queimadas tornam as searas mais produtivas, pois a cinza fertiliza a terra.

Aqueles que consideram as queimadas inúteis, também apresentam fundamentações diversas:

- afirmam (22%) que as queimadas “*escaldam*” as terras e “*tiram-lhes as vitaminas*”, tornando-as mais secas. Salientam ainda, que contribuem para a degradação do solo, pois aumentam o seu risco de erosão;
- uma reduzida minoria (7%) é da opinião que as queimadas prejudicam o gado, pois além de queimarem o restolho que poderá ser utilizado na alimentação deste, destroem sementes de ervas, tornando as pastagens mais pobres;

- um número pouco significativo de agricultores (6%), considera que as queimadas não são úteis onde existem árvores, pois destroem-nas;
- há ainda quem afirme (3%) que as queimadas contribuem para a diminuição da biodiversidade, pois segundo afirmam matam muita “bicharada”.

Salienta-se ainda o facto, de se ter verificado que alguns dos indivíduos, embora considerando as queimadas impróprias para as terras, sentem necessidade de as fazer, pelo facto, de apenas desta forma, terem o trabalho das máquinas facilitado e de só assim terem hipótese de obter melhores produções, principalmente de trigo. Alguns chegam a afirmar que: “*esta conversa das queimadas facilitarem os trabalhos das máquinas, é contra aquilo que eles (os técnicos) querem, gostava de os ver só na agricultura a fazer cereais para ver o que faziam*”.

• O MONTADO

O montado de azinho encontra-se restringido à metade Sul do Concelho de Castro Verde. No entanto pareceu-nos interessante analisar quais os agricultores cujas explorações¹ possuem área de montado (fotografia 7.7) e qual a importância económica deste.



Fotografia 7.7 - Montado na zona Sul do Concelho de Castro Verde (junto a Piçarras)

¹ Algumas das explorações estão divididas em blocos (geralmente dois) distribuídos pelo Concelho.

Verificámos (figura 7.45) que a percentagem de explorações com montado (51.1%) é muito semelhante há das que não têm montado (48.8%) e que este é espontâneo e na maior parte dos casos muito antigo, talvez com idade centenária.

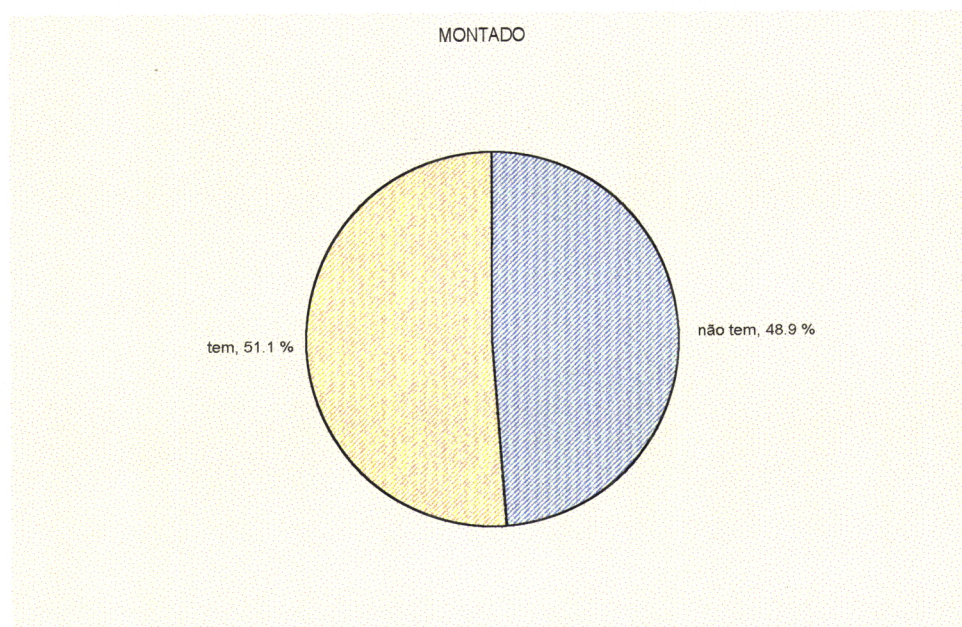


Figura 7.45 - Ocorrência de montado nas explorações dos agricultores entrevistados

Quanto à importância económica do montado para as explorações agrícolas, verificámos (figura 7.46) que os agricultores apresentam grande divergência de opiniões:

- alguns (22.1%) consideram que o montado não tem importância económica significativa para as suas explorações (destes 7.7% consideram que não tem nenhuma importância, enquanto 14.4% que tem pouca importância económica);
- outros (18.1%), possuem uma opinião contrária, pois para as suas explorações o montado tem importância económica;
- para uma minoria (10%) a importância económica do montado é relativa (intermédia).

Esta importância do montado, está fundamentalmente associada aos benefícios que este trás para a actividade pecuária em “*época de crise*”(quando há falta de alimento). Pois, segundo os agricultores, beneficia as pastagens para as ovelhas, dando-lhes a bolota para a alimentação, assim como as próprias folhas dos ramos, que por vezes chegam a ser “*ruídas*”. Por outro lado cria um ambiente protector, através da sua sombra no Verão e defesa nos temporais. A lenha que fornece também representa alguma importância para alguns.

O montado já teve a sua importância económica no Concelho, para a engorda dos porcos, através da bolota. Com a peste suína africana, perdeu o seu valor. Para alguns as árvores são um “*empecilho*” ao trabalho das máquinas durante a lavoura, e talvez por esta razão estes não lhe atribuem importância.

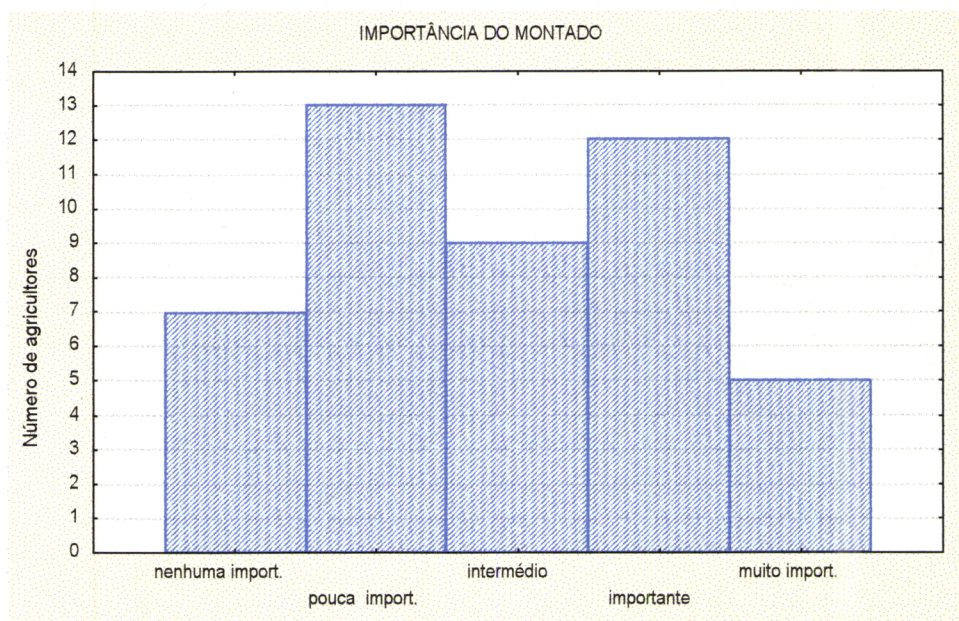


Figura 7.46 - Atitude dos agricultores em relação à importância do montado

Pareceu-nos interessante analisar, qual a opinião dos agricultores que não têm montado nas suas terras, face à possibilidade de o terem e verificámos, (figura 7.47) que:

- a maioria dos indivíduos que não tem montado (85.7%) gostaria de o ter, pelo apoio que este dá à pecuária (alimento e protecção). Alguns consideram que em termos de rentabilidade imediata seria vantajoso para a exploração, devido ao apoio financeiro concedido a este tipo de arborização, por um período de 20 anos. No entanto salientam o facto de que, tanto o azinho como o sobro serem árvores de crescimento lento, levando algum tempo até extrair a cortiça e tirar alguma rentabilidade. Por outro lado, referem que as ripagens necessárias para a plantação de montado nesta região é muito dispendiosas, devido às características dos solos.

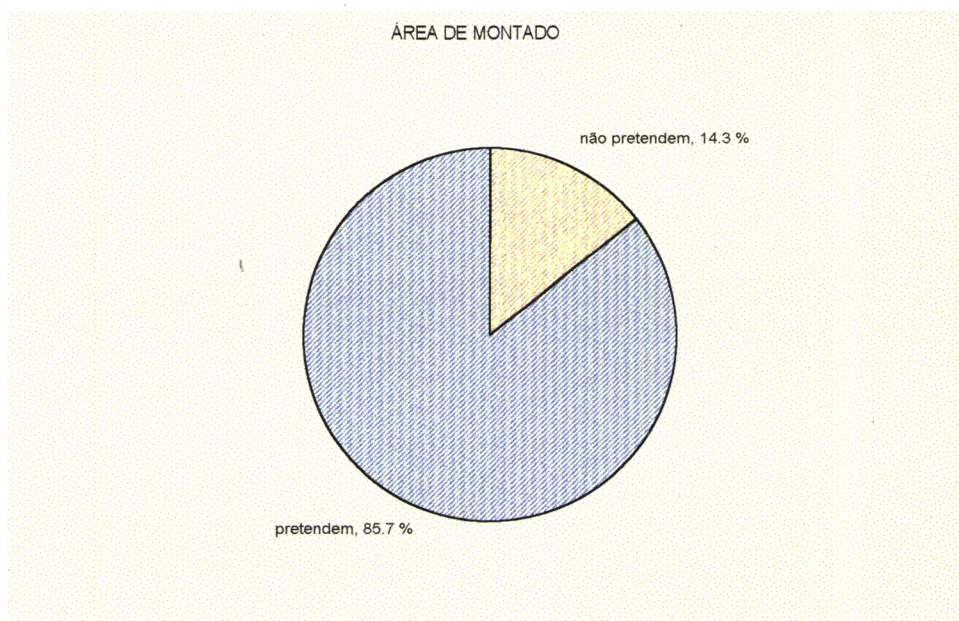


Figura 7.47 - Frequência de agricultores que pretendem ter montado nas suas explorações agrícolas

Averiguámos então, porque razão os agricultores que gostariam de ter montado nas suas explorações não o possuem, e verificámos que:

- grande número de agricultores consideram que estes terrenos não possuem condições para ser arborizados e que estas terras nunca tiveram montado, pois os seus antepassados nunca o semearam. Salientam que são árvores de crescimento muito lento e sem rentabilidade até se tirar a cortiça;
- outros porém, referem-se ao facto de no Concelho de Castro Verde não ser permitido a plantação de azinho ou de sobro. Alguns desconhecem qual a razão, outros afirmam que apenas na área de Plano Zonal não é autorizado, outros ainda, referem o facto do Plano Director Municipal não o permitir, (salientando que a Câmara Municipal não autorizou a viabilidade de alguns projectos apresentados).

Estes factos revelam-nos que provavelmente os agricultores não estão devidamente esclarecidos, quanto à entidade e às razões que os impedem de instalar montado nas suas explorações.

De facto o PDM de Castro Verde não permite a florestação na zona considerada como “Área Aberta”, destinada à manutenção da actividade agro-pecuária tradicional (Matos *et al.*, 1993).

Deste modo, as restrições à florestação em determinadas áreas do Concelho de Castro Verde não são devidas, como erradamente alguns consideram, ao Plano Zonal, mas ao P.D.M.

O Plano Zonal incentiva a manutenção do sistema agro-pecuário tradicional e a presença de espaços desarborizados, para a preservação das aves, surgindo como uma forma de compensar, os agricultores do Concelho de Castro Verde, pela impossibilidade de florestação em determinadas áreas do mesmo.

Assim, confundem-se conteúdos de documentos diferentes, mas com idênticos objectivos, face à conservação da natureza.

- *A CULTURA DO GIRASSOL*

O girassol é uma cultura relativamente recente nesta região, por essa razão pareceu-nos interessante analisar qual a opção dos agricultores em relação à sementeira daquela cultura

Verificámos (figura 7.48) que a maioria dos agricultores (80.8%), nunca semeou girassol, apenas 19.2 % já fez sementeiras desta cultura. Porém estes valores podem não ser muito representativos, quando se verifica que, por lapso da entrevista, cerca de 18.8% dos agricultores não foram questionados.

No entanto, na sua maioria consideram que os solos da região não têm aptidão para este tipo de culturas, pois são pobres delgados e secos, embora alguns se refiram aos tais “pedaços” de terra boa, com alguma aptidão agrícola.

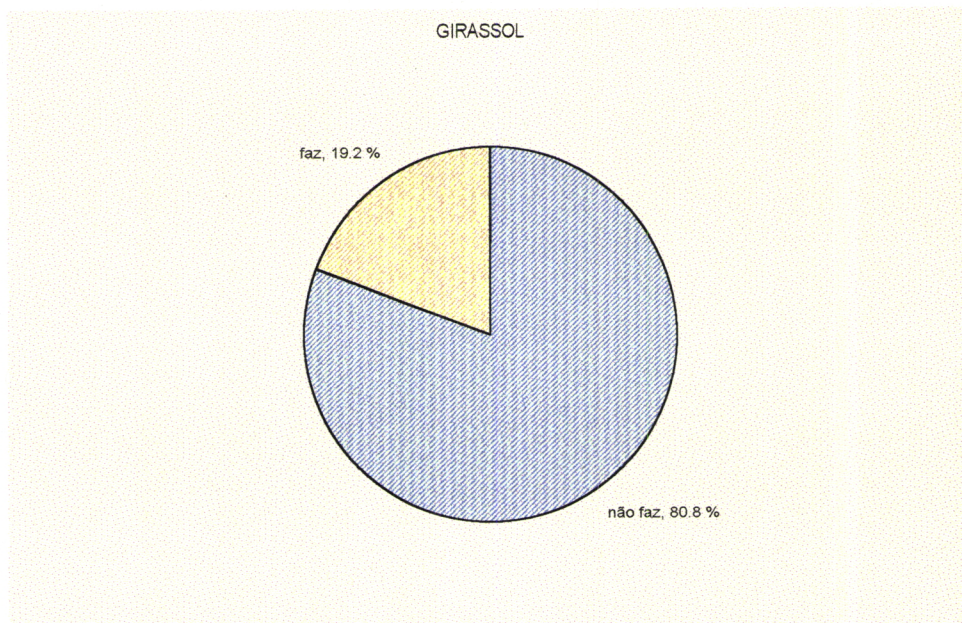


Figura 7.48 - Opção dos agricultores em relação à sementeira de girassol

Aqueles que já fizeram este tipo de cultura, são da opinião que compensa realizá-la apenas pelo apoio financeiro concedido, não pela produção. O que parece indicar que não estamos nesta região, perante uma cultura alternativa aos cereais.

• OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DO FUTURO

O futuro das explorações agrícolas é uma das preocupações dos agricultores desta região, por esta razão pareceu-nos interessante analisar qual a sua percepção, em relação aos sistemas de produção que permitam a sobrevivência das suas explorações, no futuro.

Verificámos (figura 7.49) que:

- a maioria dos agricultores (68.8%), considera que as suas explorações agrícolas sobreviverão melhor no futuro se mantiverem a actividade agro-pecuária;
- outros porém, uma minoria, consideram que as suas explorações só têm viabilidade se no futuro, se dedicarem apenas à actividade pecuária (7.7%) ou à actividade agrícola (2.2%);
- alguns (12.2%), têm uma opinião diferente, pois acreditam que as suas explorações terão viabilidade no futuro, se abandonarem a agricultura e optarem pela florestação, com montado de azinho ou sobro, mantendo no entanto a actividade pecuária;

- outra minoria (6.6%) considera que se deverá manter a actividade agro-pecuária, mas complementar economicamente a exploração com a florestação.

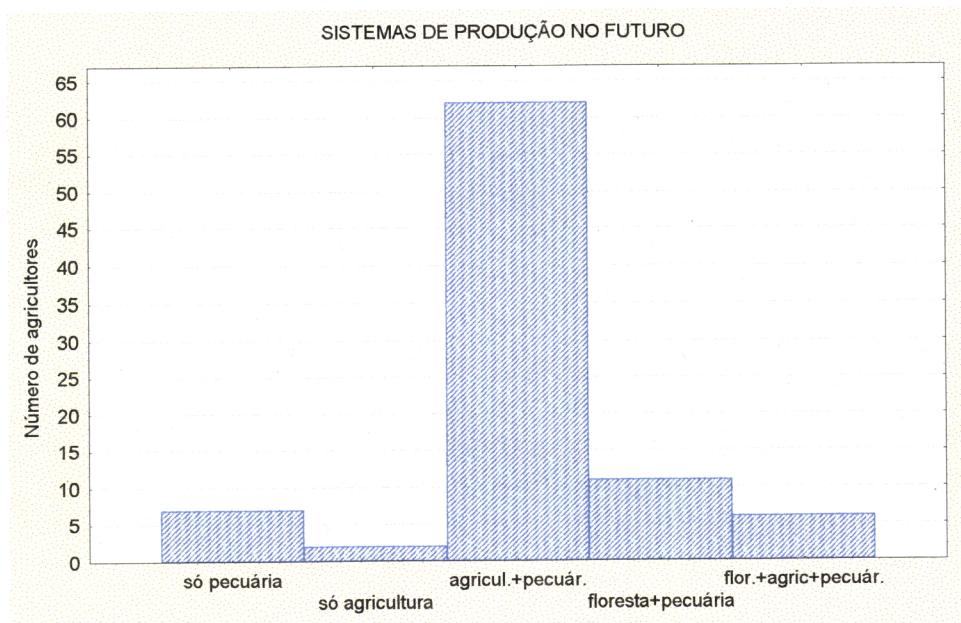


Figura 7.49 - Percepção dos agricultores em relação aos sistemas de produção que permitam a sobrevivência das suas explorações no futuro

A análise das fundamentações apresentadas permite verificar que:

- a maioria dos agricultores (71%) considera que no futuro, as suas explorações agrícolas devem manter a actividade agro-pecuária, em virtude de este sistema de produção ser tradicional na região e de se adaptar melhor à pobreza dos solos, permitindo que determinadas zonas do Concelho mantenham as suas características. Referem-se, ao facto de a actividade agrícola e a actividade pecuária se complementarem, dando mais segurança económica à exploração, sendo possível o aproveitamento total dos produtos e subprodutos. Alguns afirmam que :“quando não dá a agricultura, pode dar o gado ou vice-versa”. Salientam ainda, de que no futuro, uma exploração agrícola nesta região, não terá hipóteses de sobreviver exclusivamente da actividade agrícola, pois consideram esta actividade bastante insegura e com tendência a acabar. Afirmam que a pobreza dos solos, não permite que a agricultura seja viável na região, com a agravante de que: “os cereais estão a ficar sem valor e sem interesse económico”. Salientam ainda que apenas a actividade pecuária não torna a exploração agrícola do futuro viável e que face aos dias de hoje, poderá ser também economicamente insegura;
- é curioso verificar que uma minoria de agricultores (2%), apresenta uma opinião contrária, pois considera que no futuro as suas explorações só se poderão manter apenas com a actividade agrícola. A reduzida dimensão das explorações que possuem não permite, segundo estes, ter condições para o gado, sendo preferível a venda das palhas e do restolho da ceifa dos cereais;
- os indivíduos que são da opinião de que a sua exploração sobreviveria melhor no futuro, apenas com a actividade pecuária, fundamentam a sua opinião (8%),

considerando o gado economicamente preferível, (pelos subsídios atribuídos, pela venda da carne ou do queijo) em oposição aos cereais, face à quebra dos subsídios atribuídos aos cereais. Salientam ainda, que as terras são pobres para a cerealicultura e que face à situação, esta actividade terá tendência para desaparecer.

- a sobrevivência futura das explorações agrícolas, pelo acréscimo da florestação à actividade agro-pecuária tradicional, é fundamentada (6%) pelo facto de aqueles agricultores considerarem mais equilibrado para a exploração, “*pois faz-se de tudo um pouco*” e é economicamente preferível, pois o apoio financeiro concedido à florestação, permitiria melhorar o rendimento das explorações.
- outros consideram que no futuro seria preferível que nas suas explorações a actividade pecuária se associasse apenas à florestação. Justificam a sua opinião (11%), considerando que tanto o gado bovino como o gado ovino se podem adaptar ao montado, pois este dar-lhe-ia alimento e abrigo. Consideram que também se poderia optar por melhorar a qualidade das pastagens e substituir os cereais por trevo subterrâneo. Salientam que assim, criar-se-iam condições para a existência de mais postos de trabalho no Concelho, sendo para alguns, a implementação do turismo rural uma hipótese a considerar.
- uma minoria de agricultores tem uma atitude pessimista (2%), inviabilizando o futuro das suas explorações. Considera que a agricultura tradicional tem os dias contados, pois só se poderá manter enquanto existirem subsídios para o cereal. A insegurança e desilusão que transmitem, fundamenta-se no facto de considerarem que a política agrícola actual não os ajuda e de não se conhecerem, segundo afirmam: “*os caminhos do futuro*”.

7.2.4.2. ANÁLISE DE VARIÂNCIA SEGUNDO AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Com o objectivo de averiguar se existem diferenças significativas na atitude dos agricultores, em relação às variáveis manipuladas (candidatura ao plano zonal e dimensão das explorações agrícolas), face a alguns aspectos da utilização do solo. Realizámos um conjunto de análises de variância a dois factores, 2 (candidatura ao Plano Zonal) x 3 (dimensão das explorações agrícolas), em relação:

- à realização de queimadas nos restolhos das searas;
- à duração e área de pousio;
- à área e percentagem de área de alqueive;
- às áreas de trigo, cevada, aveia, triticales;
- à área de forragens.

Os resultados demonstraram a existência de:

- um efeito significativo da candidatura dos agricultores ao Plano Zonal no que se refere:

à realização de queimadas dos restolhos das searas ($F(1,84) = 11.37; p < 0.001$);

à duração do pousio ($F(1,83) = 4.44; p < 0.003$);

à área de pousio ($F(1,79) = 12.10; p < 0.0008$);

à área de forragens ($F(1,76) = 4.58; p < 0.03$).

- um efeito significativo da dimensão das explorações agrícolas, em relação às áreas de:

pousio ($F(2,79) = 54.27; p < 0.000$);

alqueive ($F(2,79) = 21.78; p < 0.000$);

trigo ($F(2,83) = 18.57; p < 0.000$);

cevada ($F(2,80) = 11.22; p < 0.0001$);

aveia ($F(2,79) = 25.54; p < 0.000$);

triticale ($F(2,79) = 4.68; p < 0.01$);

forragens ($F(2,76) = 5.31; p < 0.007$).

Resultados que tem uma explicação conjuntural, pois quanto maior é a dimensão da exploração agrícola maior é a área ocupada por cada uma das diferente culturas.

Da análise da relação entre a candidatura dos agricultores ao Plano Zonal e a realização de queimadas nos restolhos das searas, verificou-se que, são os indivíduos que se candidataram ao referido plano, aqueles que mais tendência apresentam para realizar queimadas nos restolhos das suas searas.

De facto, a prática de rotações tradicionais, é um dos compromissos dos agricultores que se candidataram ao Plano Zonal, muito embora, exista um outro compromisso base que condiciona a época da queima de restolho, sendo permitida a realização de queimadas, apenas quando não existirem inconvenientes ambientais e quando for dada autorização pela estrutura local de apoio (IEDR, 1995).

Para o agricultor, a queimada é feita principalmente para a produção do trigo, de forma a facilitar o trabalho na terra e se efectuar uma sua “desinfecção”. Em condições normais proporciona o crescimento de uma melhor seara.

Dos agricultores que não se candidatam ao Plano Zonal, aproximadamente metade faz queimadas, enquanto a outra metade não as realiza .

Nalgumas dessas explorações, as queimadas são feitas pelas razões anteriormente apontadas e os restolhos antes de queimados, são aproveitados para a alimentação do gado.

Noutras, talvez porque a carga pecuária das explorações agrícolas seja superior, o agricultor evita queimar o restolho, fazendo um melhor aproveitamento deste, para alimentação do gado. Por outro lado, ao não se candidatar ao Plano Zonal, não tem obrigatoriamente que realizar a rotação tradicional e nestes casos, a queimada não possui um papel tão relevante, pois a produção de cereal, destina-se principalmente à alimentação do gado. Porém é preciso não esquecer, que a tendência para a diminuição da ajuda cofinanciada atribuída ao trigo, pode também estar na origem desta opção do agricultor. E que a pobreza do solo e a irregularidade na distribuição das chuvas condicionam as produções de cereais e por vezes, pode ser um risco produzir cereais para grão.

Alguns dos agricultores com explorações que se localizam nos limites Sul do Concelho de Castro Verde (espaço exterior à área de Plano Zonal), não fazem queimadas, porque possuem montado disperso e o fogo poderá tornar-se um risco para as árvores.

A análise da relação entre a candidatura dos agricultores ao Plano Zonal e a duração do pousio nas suas explorações agrícolas, permite verificar que são aqueles que se candidataram a este plano que fazem um pousio mais curto, com duração média de 2 anos, enquanto para os que não se candidataram, o pousio tem tendência a durar mais um ano (a duração média do pousio é de 3 anos).

Estes factos estão provavelmente associados a um melhor aproveitamento do pousio para o pastoreio, nas explorações cujos lavradores não se candidataram ao referido plano, por falta de condições de acesso, devido a sementearem uma reduzida área de cereal e/ou a possuírem um encabeçamento superior ao estipulado. Parece porém ser um contra-senso, pois têm que comprar “*agostadoiro*” no Verão, devido à reduzida área de restolho das suas searas, face à quantidade de gado que possuem.

No entanto não se deve desprezar o facto, de que algumas destas explorações se localizam no limite Sul do Concelho de Castro Verde, fora da área de implantação do Plano Zonal. Onde as terras são mais acidentadas, os solos mais pobres e pedregosos e o cereal menos rentável. E onde um pousio mais prolongado, contribui para um maior descanso das terras.

Nas explorações agrícolas em que os agricultores se candidataram ao Plano Zonal, o pousio é em média de dois anos, pois é provável que face às limitações do encabeçamento, impostas por este plano, as exigências de um maior aproveitamento destas áreas de pastagem não sejam tão grandes.

Facto que nos revela que, o Plano Zonal parece contribuir para a manutenção equilibrada das explorações agrícolas ao nível da pecuária: tanto no que se refere ao encabeçamento, como à disponibilidade de pastagens na Primavera e de restolhos no Verão.

Analisámos então, se a atitude dos agricultores em relação à área de pousio nas suas explorações agrícolas, apresentava diferenciações face à candidatura destes ao Plano Zonal. Verificámos que a área de pousio é maior nas explorações cujos agricultores não se candidataram ao Plano Zonal (o valor médio é de 121 ha), do que naquelas que se candidataram (o valor médio é de 66ha).

Tal como se verificou anteriormente, se a quantidade de gado numa exploração aumenta, com a não adesão dos agricultores ao Plano Zonal, estas áreas de pousio tornam-se muito importantes para o pastoreio. E daí a provável explicação para a opção daqueles que não se candidataram ao plano, no sentido de aumentarem as áreas de pousio nas suas explorações.

No entanto não devemos esquecer o facto do aumento destas áreas resultar numa diminuição da área de cereal.

Por outro lado, a existência de explorações agrícolas no limite Sul do Concelho de Castro Verde (exterior à área de Plano Zonal), poderá ter contribuído para o incremento desta opção dos agricultores que não se candidataram ao plano, pois nesta zona as terras mais fracas e acidentadas, proporcionam maiores extensões de área de pousio, para “descanso” das terras e pastoreio do gado.

Em relação aos indivíduos que se candidataram ao Plano Zonal, para os quais a quantidade de gado se encontra limitada nas suas explorações, o pousio torna-se menos importante como pastagem. Razão pela qual apresentam áreas em média inferiores para os pousios relativamente aos que não aderiram ao Plano Zonal.

Verifica-se que nas explorações cujos agricultores aderiram ao Plano Zonal a área média ocupada pelas culturas forrageiras é cerca de 4 vezes inferior (5.3 ha) à ocupada nas explorações dos agricultores que não aderiram ao Plano Zonal (21.8 ha).

Se tivermos em conta as análises efectuadas anteriormente, verificamos que este facto parece ser acompanhado da diminuição da quantidade de gado bovino existente nas explorações agrícolas dos agricultores que aderiram ao Plano Zonal, o que deverá estar associado à limitação do encabeçamento.

O que permite compreender, que provavelmente alguns dos agricultores não se candidataram ao Plano Zonal, para não se sujeitarem às restrições ao encabeçamento, possuindo mais gado e por isso maiores exigências e preocupações para a sua alimentação, daí as maiores áreas ocupadas por culturas forrageiras.

O mesmo tipo de análise foi efectuado em relação às opiniões dos agricultores face: ao sistema de rotação de antigamente; importância do pousio; utilização de uma rotação diferente; utilidade do pousio; utilidade das queimadas; importância económica do montado para as suas explorações agrícolas; possibilidade de vir a ter montado nas suas explorações e forma como as suas explorações poderão sobreviver no futuro. Os resultados não se apresentam significativos, tanto em relação à candidatura dos agricultores ao Plano Zonal, como relativamente à dimensão das explorações agrícolas. O que indica que as diferentes opiniões são consistentes na amostra, independentemente da adesão dos agricultores ao Plano Zonal e da dimensão das suas explorações.

No entanto ao realizarmos uma análise de variância, semelhante às anteriores, em relação à opinião dos agricultores perante a realização de uma rotação diferente. Verificámos que os resultados são significativos, havendo um efeito significativo da dimensão das explorações agrícolas, $F(2,83) = 4.23$; $p < 0.0179$.

O que permitiu comprovar (figura 7.50) que à medida que a dimensão das explorações agrícolas aumenta, os agricultores têm tendência a considerar que poderiam utilizar um sistema de rotação diferente, daquele que habitualmente realizam.

Este facto poderá ser provavelmente explicado, pela ocorrência de uma maior carga pecuária nas explorações grandes e de uma preocupação dos respectivos agricultores em ter alimento para o seu gado.

O aumento da área forrageira e a diminuição da área de cereais, poderá ser uma das possíveis contribuições para a modificação do tipo de rotação. Mas a quebra dos preços dos cereais e do apoio financeiro atribuído ao trigo (ajuda cofinanciada), também poderá ter influenciado particularmente, na opção dos agricultores para explorações de maior dimensão.

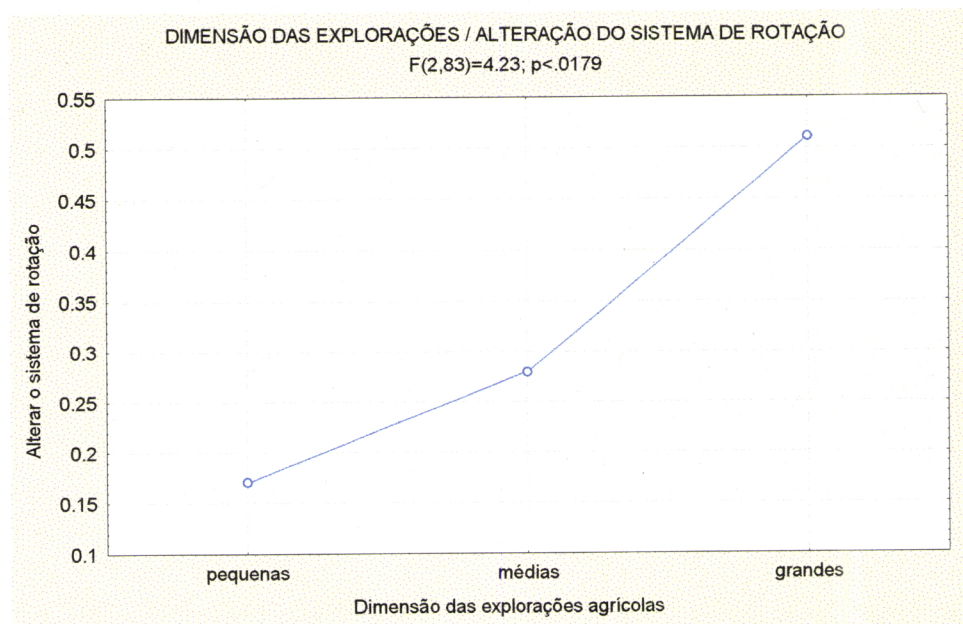


Figura 7.50 - Relação entre a dimensão das explorações agrícolas e as opiniões dos agricultores face à alteração do sistema de rotação que utilizam.

(A classificação apresentada em ordenadas corresponde às posições expressas pelos indivíduos:
0 - não altera o sistema de rotação; 1- altera o sistema de rotação)

7.2.4.3. ANÁLISE DE VARIÂNCIA DE OUTRAS VARIÁVEIS

A análise das opiniões dos agricultores em relação à cultura do trigo e à área ocupada por este cereal nas suas explorações agrícolas, pareceu-nos interessante de analisar se apresentava diferenças no que se refere à idade dos agricultores e/ou à localização das suas explorações agrícolas, nas várias Freguesias do Concelho de Castro Verde.

Para isso agrupámos os agricultores em três grupos etários, de modo a efectuarmos análises de variância a dois factores, 3 (idade dos agricultores) x 5 (localização das explorações agrícolas).

Os resultados revelaram que apenas, existia um efeito significativo da idade dos agricultores, tanto em relação às suas opiniões face, à cultura do trigo, ($F(2,74)=3.30;p<0.04$), como em relação à área ocupada por este cereal, ($F(2,73)=3.22;p<0.04$).

Verificámos que (figura 7.51), existe uma diferença significativa em relação à opinião dos agricultores do grupo etário mais avançado perante os outros grupos etários, no que se refere à opção em semear o trigo nas suas explorações agrícolas. Os mais idosos demonstram uma tendência para abandonar a sementeira deste cereal, enquanto os do grupo etário com idade inferior a 60 anos, continuam a semear o trigo nas suas explorações agrícolas.

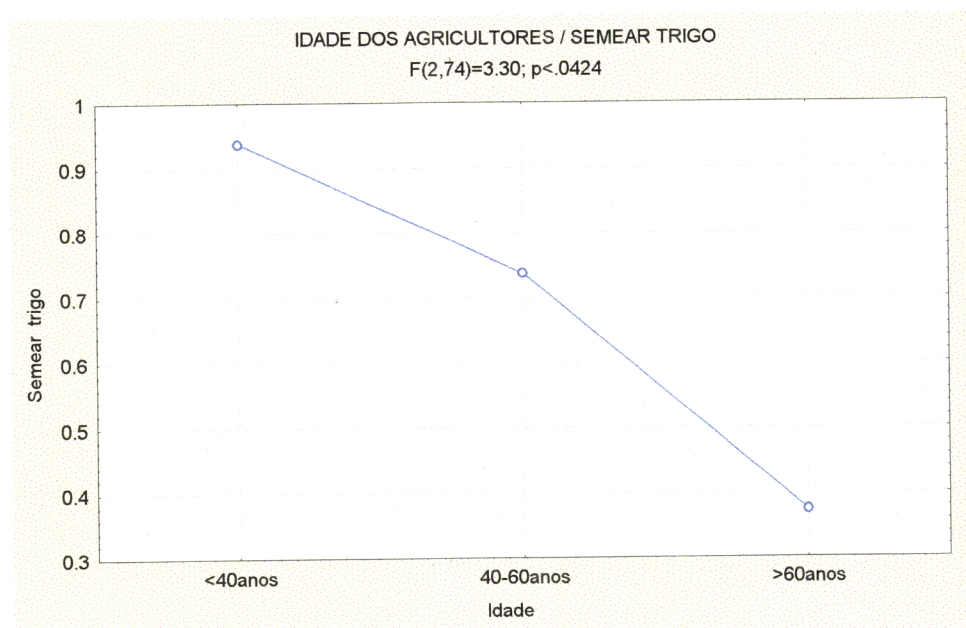


Figura 7.51 - Relação entre as opiniões dos agricultores em relação à sementeira de trigo nas suas explorações e a idade dos mesmos.

Este facto poderá ser explicado, pela experiência de muitos anos na lavoura, associada a uma elevada capacidade de ponderação que permite aos mais idosos considerarem que a fraca produtividade destas terras, associada à diminuição gradual dos subsídios atribuídos ao trigo (ajuda cofinanciada), esteja na base das suas opiniões.

Como também poderá ser devido ao não acompanhamento evolutivo de mecanização das suas explorações. Enquanto os agricultores dos restantes grupos etários provavelmente encontram-se mais vocacionados para a mecanização, incentivando-os à produção deste cereal.

Por outro lado a base do trabalho da lavoura é para estes mais rentável pois trabalham “em cima de um tractor”, enquanto os mais idosos têm de contratar um motorista e alugar máquinas. Situação que parece reforçar a tendência que os agricultores dos

grupos etários mais avançados apresentam para dar menos importância ao trigo. Que se pode evidenciar pela análise da figura 7.52, onde se verifica que à medida que a idade dos agricultores aumenta existe uma tendência para a diminuição do valor médio da área ocupada por este cereal.

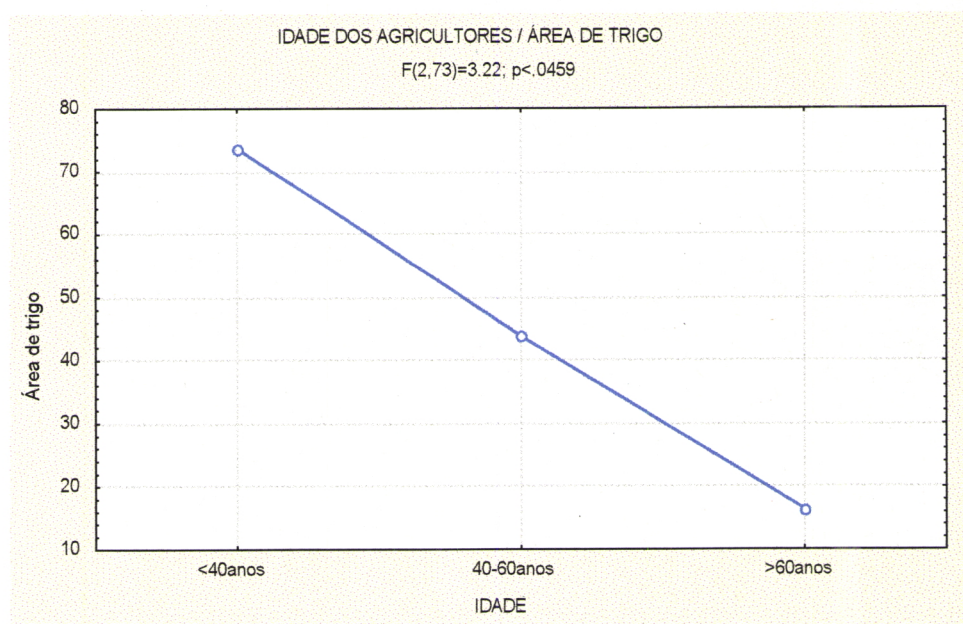


Figura 7.52 - Relação entre a área ocupada pelo trigo, nas explorações agrícolas e a idade dos agricultores.

O mesmo tipo de análise foi realizado em relação, às opiniões dos agricultores face: à importância do pousio; à opção em semear forragens nas explorações; à opção de semear triticales nas explorações; à alteração do sistema de rotação; à percepção do sistema de rotação de antigamente; à percepção do sistema de rotação no futuro; à opção em ter área de montado nas suas explorações e em relação aos sistemas de produção que permitam a sobrevivência das explorações agrícolas no futuro.

As análises de variância efectuadas, não apresentaram resultados significativos, o que indica que as opiniões dos agricultores em relação a alguns aspectos da utilização da terra são consistentes na amostra, independentemente dos factores manipulados (idade e localização das explorações agrícolas)

7.2.4.4. CONCLUSÕES

Os sistemas de cultura predominantes nesta região são fundamentalmente os cerealíferos. Estes surgem integrados num sistema de rotação das culturas, designado habitualmente por “*afolhamento*” e que apresenta algumas variantes, dependentes do número de anos em que as terras ficam de pousio e das variedades de cereais cultivados.

Na nossa área de estudo os agricultores optaram principalmente, pela seguinte variante ao sistema de rotação:

alqueive - trigo - aveia e/ou- cevada - pousio(1 ou 2 anos).

Surgem no entanto, situações em que se verifica um prolongamento do número de anos de pousio, ou então casos raros, da não realização do mesmo.

Assim, a maioria dos agricultores deixa parcelas ou “folhas” das suas terras sem ser cultivadas, durante um período de 2 ou 3 anos, correspondentes a um ano de alqueive e a um ou dois anos de pousio. Consideram que o seu afolhamento é o tecnicamente aconselhado, face à fraca qualidade, baixa produtividade dos solos e salientam que: *“a rotação dá mais descanso às terras e evita a utilização de grandes quantidades de adubo”*.

São poucos aqueles que, embora não manifestem uma opinião contrária, colocam em causa a existência deste sistema, por considerarem que a produção de cereais, deixou de ser estimulante para a lavoura, nesta região. Baseiam-se no fraco rendimento que as produções cerealíferas proporcionam às explorações, face ao preço actual dos cereais, à diminuição da ajuda cofinanciada atribuída e à pobreza dos solos.

Consideram, que este sistema deveria ser alterado, deixando-se de semear o trigo, substituindo-o por outros cereais e/ou por pastagens para o gado (trevo e azevém). Propõem a diminuição da área semeada e o aumento da área de pousio.

O trigo é semeado na maioria das explorações agrícolas. No entanto é evidente, por parte de alguns, a opção pelo abandono da cultura do trigo e a sua substituição pela cultura de outros cereais secundários que se destinam principalmente à alimentação do gado.

A quebra dos apoios financeiros atribuídos a este cereal (ajuda cofinanciada), a pobreza das terras e a incerteza do clima, tornam esta cultura pouco rentável e são algumas das razões apontadas para esta opção.

Feio(1994) considera que: *“no regime de preços e subsídios da Nova PAC (1992), a cultura do trigo mole não será rentável, nas regiões de clima Mediterrânico, desfavorável para a produção de cereais, pois a ajuda cofinanciada atribuída a este cereal, tem gradualmente diminuído, até se anular no início do século XXI”*.

Ao analisar (Feio,1997) a posição económica para o ano de 1997, face aos resultados das contas de cultura para o trigo mole, confirma que a *“situação se torna lentamente insustentável”*, pois verifica que:

- sem a ajuda cofinanciada os agricultores teriam um prejuízo de 7.011\$00/ha, no seu rendimento por ano de rotação;
- Com a ajuda cofinanciada o lucro é de 7.929\$00/ha.

Estes factos permitem perceber e confirmar que a opção no abandono da cultura do trigo, por parte de alguns agricultores é por estes correctamente fundamentada.

A integração do tritcale e das culturas forrageiras no sistema de rotação das culturas, embora pouco frequente, é uma opção de alguns agricultores. Numa tentativa de equilibrar a alimentação do gado, em épocas em que as pastagens naturais são fracas. Opção que revela, da parte dos agricultores, alguma receptividade à inovação, mas que contrasta com a atitude conservadora da maioria dos indivíduos.

O tritcale é entre nós uma espécie relativamente recente (a expansão da cultura em Portugal iniciou-se em 1979, embora tenha aparecido na região há aproximadamente oito anos) o que evidencia elevada capacidade de adaptação às mais diversas condições ambientais, merecendo destaque os solos de baixa fertilidade e elevada acidez, onde constitui uma alternativa às culturas que se efectuam no Alentejo (Maças *et* Pinheiro, 1997).

Na opinião de J. Botelho (comunicação oral) o facto de diferentes variedades deste cereal possuírem ciclos vegetativos muito curtos, faz com que os agricultores do concelho, ao semeá-los muito cedo (Outubro, princípio de Novembro) corram alguns riscos, face às irregularidades do clima (pois vem a espigar mais cedo e estão sujeitas a geadas no período da fecundação). Facto que também poderá ter influenciado a atitude dos que optam por não semear este cereal. Acrescenta, que para o tritcale ter maior expansão no Concelho, em que as sementeiras se realizam normalmente mais cedo, deveriam existir no mercado variedades de ciclo médio, pois as poucas de ciclo longo não se adaptam à região.

O pousio com uma duração média de um ou dois anos, tem para os agricultores uma importância relevante, como área de pastagem natural para o gado, não sendo porém menosprezada a sua contribuição para o descanso e produção dos solos.

Estes espaços ocorrem muito raramente nesta região em situação de “*abandono*” por períodos superiores a oito ou dez anos. No entanto verifica-se, que o aspecto que apresentam, varia com a sua localização no concelho, estando este principalmente condicionado pelas características dos solos. Assim, a Norte, surgem principalmente os cardos, enquanto a Sul predomina o mato de estevas.

Na opinião dos agricultores estes pousios “*envelhecidos*” não possuem qualquer utilidade, pois as pastagens naturais tendem a degradar-se com os anos, tornando-se impróprias para a alimentação do gado, simbolizando, para alguns o fim da actividade agro-pecuária.

É curioso salientar que alguns indivíduos, recordam que estes pousios, em tempos, tiveram um papel importante na produção de lenha, para a cozedura do pão em fornos e que actualmente seriam um contributo importante para a diminuição da erosão dos solos.

Facto que, segundo Sequeira (1994), confirma a opinião destes indivíduos. Este investigador ao referir-se a trabalhos efectuados por Barreiros (1988), salienta que são os solos derivados dos xistos aqueles que apresentam maiores riscos de erosão, e ao dar-se o abandono, reduz-se os seus riscos de erosão.

O alqueive é fundamental para a lavoura, sendo efectuado por quase todos os agricultores. Segundo afirmam permite: “*fabricar a terra e fazer boa sementeira no ano seguinte*”, “*eliminar grandes quantidades de ervas daninhas*” e “*curtir a terra*”.

Antigamente, esta prática, efectuava-se durante o mês de Janeiro. Nos dias de hoje executa-se mais tarde, em Fevereiro ou Março. Este facto revela uma mudança na atitude dos agricultores que é fundamentada na sua apreensão face: à erosão dos solos à alimentação do gado e há mecanização que permite fazer o trabalho em menos tempo.

Essencial para a obtenção de uma boa seara de trigo, na opinião de alguns, o alqueive deixou de ser efectuado por poucos agricultores deste Concelho, aqueles que deixaram de semear trigo e que em alternativa se dedicam mais à pecuária e se preocupam com um melhor aproveitamento das pastagens. Facto que revela, uma modificação da atitude conservadora, patente na maioria dos indivíduos, em relação à manutenção das características do sistema de cultura tradicional.

J. Botelho (comunicação oral), confirma esta opinião dos agricultores, ao considerar que “*nesta região o alqueive é um mal necessário para o cereal para grão*”. Considera que a não realização desta prática agrícola, torna a cultura muito dispendiosa, pois é necessário uma maquinaria muito potente e o uso de fortes herbicidas, correndo-se sempre riscos face à irregularidade do clima. Salienta porém, que esta prática, trás alguns malefícios para o solo, queimando-se muita matéria orgânica que se transforma gradualmente em azoto. Quando realizado o mais tarde possível, fora da época das chuvas, trás vantagens para a lavoura, e contribui para uma diminuição dos riscos de erosão.

Em relação ao tipo de rotação das culturas de antigamente, antes da Campanha do Trigo, nos anos 30, são poucos os agricultores que se recordam. No entanto, têm a percepção de que este deveria ter sido muito semelhante ao actual, embora com pousios mais prolongados (7 a 8 anos de duração). As variedades de trigo seriam diferentes, embora menos produtivas, eram adaptadas às características da região.

Na opinião dos agricultores, o afolhamento seria mais ajustado, pois dependia do modo como cada agricultor conhecia as suas terras e não se utilizavam adubos.

Salientam que com a Campanha do Trigo, incentivou a produção de trigo e provocou alterações no afolhamento, ao nível do encurtamento da duração do pousio (1 a 2 anos). E destacam outras épocas em que ocorreram novos incentivos à produção de trigo:

- em 1974 com a Reforma Agrária do 25 de Abril;
- em 1986 com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia.

Recordam-se melhor dos últimos 23 anos, embora não exista uma opinião consensual quanto à duração do pousio durante este período. O que sugere, como alguns afirmam, que, “*o afolhamento estaria dependente da dimensão das explorações agrícolas e da qualidade das terras*”.

É interessante salientar que alguns indivíduos acreditam que desde a Reforma da PAC (1992), o afolhamento é “*mais rígido*” e menos dependente do modo como cada um conhece as suas terras. O que na sua opinião, torna o sistema mais desequilibrado.

Este facto está provavelmente relacionado com a obrigatoriedade da inscrição das parcelas das suas explorações agrícolas (Parcelário), no INGA, com o objectivo de facilitar o controle desta entidade em relação às áreas cultivadas. Os agricultores por ignorância, tem dificuldade em medir e indicar correctamente, em cada parcela, as áreas ocupadas pelas diferentes culturas. E para simplificar, uma situação burocrática, optam por semear toda a parcela com uma única cultura, pois têm receio de errar e ser penalizados por uma possível fiscalização.

J. Botelho (comunicação oral) confirma a percepção dos agricultores, em relação ao afolhamento de “*antigamente*” e acrescenta:

- “*Antes da Campanha do Trigo, semeava-se menos e as variedades de trigo eram outras (as variedades de trigo mole: Barbelo, Mocho espiga-branca e as variedades de trigo rijo: branca-parreira e preto-amarelo), mais rústicas, de ciclo mais longo e de palha mais alta, mas de menor capacidade produtiva. Nessa época não se utilizavam adubos azotados*”;
- “*Após a Campanha do Trigo, houve um incentivo à produção do trigo. Os pousios passaram a ser mais curtos, de 1 a 2 anos e foram introduzidas algumas variedades de trigo de origem italiana (de palha mais curta). A partir dos anos 50 surgiram os trigos de ciclo mais curto (trigo mais precoce, que retarda o período de sementeira para o mês de Novembro), obtidos na Estação de Melhoramento de Plantas de Elvas, a partir de variedades Italianas*”;
- “*Há aproximadamente 20 anos, com a Revolução do 25 de Abril de 1974, houve uma tentativa para incentivar novamente a produção do trigo, tendo-se cultivado terras com fraca capacidade produtiva que eram consideradas incultas e dedicadas à pastorícia*”.

Na opinião dos agricultores, o afolhamento que utilizam deverá ser mantido no futuro, procedendo-se no entanto, tal como antigamente, a um aumento do número de anos em que as terras ficam de pousio. Fundamentam a sua opinião face à pobreza das terras e ao descanso que a “*rotação*” lhes proporciona. O melhor aproveitamento da terra, é feito pela complementaridade entre a lavoura e a pecuária, é também por alguns salientado. No entanto, mais uma vez, são aqueles que manifestam uma maior preocupação perante a situação económica dos cereais e a instabilidade face à atribuição dos subsídios comunitários nos próximos anos, que estão pessimistas perante a manutenção deste sistema de culturas, no futuro.

As queimadas dos restolhos das searas são realizadas por grande parte dos agricultores da nossa área de estudo. Verifica que são aqueles que atribuem maior importância à pecuária os que abandonaram este serviço complementar da lavoura, talvez porque não sintam necessidade de o fazer, pois o gado, no Verão, deverá comer todo o restolho da seara e então este serviço já não se justifica.

É interessante verificar que a opinião dos indivíduos acerca da utilidade das queimadas, está dividida em dois blocos opostos:

- os que as consideram úteis pelo facto de facilitarem a lavoura, pois permitem a eliminação do pasto que dificulta o trabalho das máquinas, considerando também que este serviço complementar da lavoura é ainda uma forma de desinfecção e de fertilização das terras, através do controle das ervas infestantes e cinzas que ficam no solo;
- os que as consideram sem qualquer utilidade, pois contribuem para a degradação do solo e tornam as pastagens mais pobres.

Verifica-se no entanto uma aparente contradição, por parte daqueles que embora façam queimadas nas suas terras, por facilitarem os trabalhos da lavoura, as consideram impróprias para os solos.

Alguns autores partilham da opinião dos agricultores, o que permite verificar que estes têm uma opinião acertada em relação à realização de queimadas.

Para Rebello (1917), as queimadas embora contribuam para a diminuição da quantidade de húmus e azoto, permitem melhorar o estado biológico e físico-químico da terra.

Segundo Galvão (1937) este serviço complementar da lavoura contribuí para o aumento da produção.

Na opinião de J. Botelho (comunicação oral):

“Existem agricultores que fazem queimadas apenas por tradição, não seleccionando áreas e queimando toda a folha, outros contrariamente, queimam apenas as áreas onde o excesso de pasto prejudica o trabalho das máquinas, tomando nesta área a sementeira mais perfeita.

Nas áreas em que não há necessidade de queimar, pois os detritos não prejudicam o trabalho das máquinas, deve-se incorporar à sementeira adubos com alguma percentagem em azoto (a transformação química dos detritos na terra, consome este elemento que poderá ser necessário para o cereal).

Como muitos agricultores desconhecem este facto, torna-se de grande importância, um bom acompanhamento técnico ao agricultor nos trabalhos da lavoura, de forma a que compreendam o que estão a fazer.

O agricultor tem de perceber que, queimar tudo ou não queimar nada, pode trazer prejuízos para a sua exploração, havendo necessidade de se saber seleccionar o que se deve queimar”.

O montado de azinho e sobro é quase todo bastante antigo e encontra-se praticamente restringido às zonas localizadas a Sul do Concelho, porém quase metade das explorações têm algum montado, pois é frequente que estas sejam constituídas por blocos localizados em diferentes locais do Concelho.

Feio(1988) é da opinião que a plantação do montado de azinho não é economicamente rentável, devido ao seu reduzido valor e lento crescimento. Considera que por razões de protecção do solo se torna “*mais eficaz, ecológico e gratuito o crescimento espontâneo de mato*”. Recorda que em tempos foi o melhor rendimento do lavrador do Alentejo, mas que a partir de 1960, esta situação alterou-se devido à peste suína africana. Salienta que se devem plantar azinheiras nas terras impróprias para a lavoura, do interior Sul do País, onde “*os sobreiros e os eucaliptos são duvidosos*”, pois a bolota sempre pode ser aproveitada pelos ruminantes.

As opiniões dos agricultores, com áreas de montado nas suas explorações, apresenta divergências quanto à sua importância económica, no entanto alguns, revelam uma correcta noção do seu valor:

- aqueles que lhe atribuem alguma importância económica, salientam que já foi mais necessário para as explorações que actualmente, para a engorda dos porcos, porém com o aparecimento da peste suína africana, perdeu um pouco o seu valor. Acreditam, no entanto que actualmente o montado trás benefícios para a actividade pecuária, proporcionando sombras durante os dias quentes de Verão e locais de abrigo durante os temporais de Inverno. Em época de crise, consideram que a bolota poderá servir para a alimentação das ovelhas e o fornecimento de lenha.
- os que não lhe atribuem qualquer importância económica, consideram-no apenas um “*empecilho*” para o trabalho das máquinas na lavoura.

Porém é curioso verificar que aqueles agricultores que não têm montado nas suas explorações gostariam de o possuir, pelo apoio que este dá à pecuária, devido às razões anteriormente apontadas e há vantagem deste tipo de florestação, em termos de rentabilidade imediata, para a exploração agrícola, pelos subsídios concedidos por um período de 20 anos. Acrescentam que são árvores de crescimento muito lento, sendo prolongado o período de tempo em que não proporcionam qualquer rentabilidade.

As características destes solos, na opinião de alguns parecem ser uma condicionante para a instalação destas árvores.

Ao averiguarmos porque razão alguns agricultores não possuem áreas de montado nas suas explorações, verificámos que grande parte é da opinião que estes terrenos não apresentam condições para serem arborizados e por esta razão já os seus antepassados não tinham plantado sobreiro ou azinho.

O facto de não ser permitida a florestação de parte do Concelho, é por alguns salientado, no entanto nota-se, uma falta de esclarecimento quanto à entidade responsável por esta situação e aos motivos que impedem a plantação de montado no Concelho de Castro Verde.

Assim, as restrições à florestação de determinadas áreas do Concelho de Castro Verde, não são devidas, como erradamente alguns consideram, ao Plano Zonal mas ao PDM que impede a florestação na Área Aberta que se destina à manutenção da actividade agro-pecuária tradicional.

São poucos os agricultores que procuraram na cultura do girassol uma solução alternativa para os cereais, pois na sua opinião os solos não possuem aptidão para este tipo de cultura. O que não impede que alguns salientem a ocorrência dos tais “*pedaços de terra boa*” onde por vezes se faz girassol, com produções tão fracas, que se justifica apenas pelo subsídio atribuído.

A manutenção da actividade agro-pecuária tradicional é para a maioria dos agricultores, a única forma que permitirá a sobrevivência futura das explorações agrícolas. Na sua opinião é um sistema de produção tradicional na região e que se adapta à fraca aptidão agrícola dos solos do Concelho.

A complementaridade entre a agricultura e a pecuária proporciona assim maior segurança económica às explorações, pelo total aproveitamento dos produtos, subprodutos e dos restos no Verão. No entanto embora acreditando na adaptação deste tipo de sistema agro-pecuário à região, é patente algum receio e desconfiança perante uma actividade que consideram actualmente bastante insegura e em riscos de desaparecer.

A desvalorização do preço dos cereais e a quebra dos subsídios atribuídos ao trigo, são na opinião dos agricultores, responsáveis por esta situação, perante a inexistência e desconhecimento de culturas alternativas para a região .

Outros porém parecem perfeitamente desacreditados e bastante pessimistas ao inviabilizarem a existência das explorações agrícolas se os subsídios comunitários acabarem. Consideram que a agricultura tradicional tem “*os dias contados*” encontrando-se por isso revoltados, inseguros e desiludidos face à Política Agrícola actual.

A atitude de desilusão e insegurança destes agricultores, em relação ao futuro, é entendida por Feio (1994), ao considerar que: “*as alternativas aos cereais são muito limitadas no Alentejo*”.

A pecuária extensiva, segundo o autor, é uma modalidade pobre, pois permite subsídios ao gado, mas limita o número de cabeças por exploração com direito a subsídio. Situação que considera contraditória, pois incentiva à redução da área de cereais, mas estipula o número de cabeças de gado com direito a subsídio (Feio,1994).

A florestação, embora também dependente dos subsídios, é uma forma que a CEE encontrou para reduzir a produção nos próximos 50 anos. Com a agravante de se ter de converter grandes áreas agrícolas em floresta e enfrentar um “*grande choque social*”, se o processo não for gradual (Feio,1994) (alternativa que não pode ser uma opção para os agricultores deste Concelho, pois o PDM não permite a florestação).

J. Botelho (comunicação oral) acrescenta: “*Para que a pecuária seja viável e a exploração agrícola equilibrada, terá que existir sempre uma pequena área de cereal subsidiada, que poderia ser de triticale, devido à adaptação desta cultura aos solos pobres do Concelho e à sua importância na alimentação do gado*”.

As restrições ao encabeçamento e as limitações à área ocupada pelos cereais, são algumas das condições de acesso dos agricultores ao Plano Zonal que talvez estejam na origem de algumas diferenças de opção em relação à utilização do solo, entre aqueles que aderiram ou não ao plano.

Assim os agricultores que não se candidataram ao Plano Zonal, provavelmente porque possuem maior efectivo pecuário nas suas explorações agrícolas ou uma reduzida área de cereais, se tenham tornado mais exigentes em relação à alimentação do gado, apresentando por isso tendência para modificar os seus comportamentos em relação: ao abandono da realização de queimadas; ao aumento do número de anos de pousio e às áreas ocupadas por este e pelas culturas forrageiras, nas suas explorações agrícolas. Porém a opção em reduzirem a área de cereal poderá ser um contra-senso face à quantidade de gado que possuem, tendo provavelmente alguns necessidade de comprar “*agostadoiro*”, para alimentar esse gado no Verão. O que de certa forma poderia criar alguma instabilidade à exploração, se não tivessem oportunidade de comprar restolhos.

Um inquérito realizado junto de 42 explorações agrícolas, associadas da Associação de Agricultores do Campo Branco (Lampreia, 1997), dos Concelhos de: Almodôvar, Aljustrel, Castro Verde, Ourique e Mértola, revela que as áreas semeadas de trigo mole e aveia são relativamente semelhantes. Enquanto que as áreas ocupadas pelo triticales e cevada são muito mais reduzidas. As produções de trigo são as mais elevadas, de entre os restantes cereais, segue-se a produção de triticales, a de aveia e a de cevada.

Assim o triticales é o cereal que ocupa menor área, mas aquele que em 1997, a seguir ao trigo, obteve melhores produções. E ao qual os subsídios unitários atribuídos são mais elevados que para a aveia. Enquanto esta ocupa maior área e as produções foram mais baixas.

A importância dada por estes indivíduos à aveia é pois resultado da força que a tradição exerce sobre a utilização do solo.

O facto de a cultura da aveia ser menos exigente e dispendiosa, pois em terras pobres dá colheitas remuneradoras e de as suas palhas serem apreciadas pelo gado bovino (Pery, 1883), poderá ser uma explicação para a importância que lhe é atribuída.

Maçãs *et* Pinheiro (1997), consideram que actualmente se assiste a uma diminuição significativa da área de triticales, devido à actual política de subsídios não favorecer esta cultura. Este facto associado à falta de variedades de triticales adaptadas às irregularidades do clima desta região, permite compreender a opção dos agricultores em relação à reduzida área ocupada por este cereal nas suas explorações agrícolas.

A idade dos agricultores, parece ter influência nas suas opiniões, no que se refere à realização de sementeira de trigo e à área ocupada por este cereal, nas suas explorações agrícolas. Não apresentando no entanto qualquer efeito em relação a outras opiniões ou percepções, destes indivíduos, face à ocupação do solo.

Contrariamente, há atitude conservadora dos agricultores em relação ao sistema de cultura tradicional, são os de idade mais avançada que revelam uma tendência para o abandono ou para a diminuição da área ocupada por trigo, nas suas explorações. A

experiência de muitos anos na lavoura, associada à elevada capacidade de ponderação, permite-lhes perceber que a fraca produtividade das terras deste Concelho, associada à diminuição gradual dos subsídios atribuídos ao trigo e ao facto das explorações não acompanharem a evolução da mecanização da lavoura, estão provavelmente na origem desta atitude. Quanto aos mais novos, o facto de estarem vocacionados para a mecanização, é um incentivo para a produção deste cereal, apesar da problemática da sua cultura, pois não existem alternativas (o PDM não permite a florestação e não têm facilidade na compra de quotas para o gado).

7.3. ATITUDE E PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES EM RELAÇÃO À CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

7.3.1. ANÁLISE DESCRITIVA

Pareceu-nos interessante compreender quais as atitudes e percepções dos agricultores em relação à Conservação da Natureza. Para isso analisámos quais:

- as suas percepções, no que se refere à variação da dimensão das populações de algumas das espécies de aves que ocorrem nesta região;
- as suas opiniões, no que se refere:
 - à interferência destas aves na actividade agro-pecuária;
 - importância da avifauna;
 - importância do papel do agricultor na Conservação da Natureza.

Neste contexto, verificámos que existem vários padrões de respostas, muito consistentes, em relação à percepção dos indivíduos acerca da variação dos efectivos populacionais de algumas aves e do impacto destas na lavoura e na pecuária.

7.3.1.2. A VARIACÃO DA DIMENSÃO DAS POPULAÇÕES DE AVES

Um desses padrões está patente na figura 7.53, onde se representa a percepção dos agricultores em relação à variação da população de abetardas (fotografia 7.8).

Este padrão mantém-se relativamente às populações de: sisões, tarambolas, abibes e águias - caçadeiras (Anexo IV) verificando-se que a maioria dos agricultores revela grande diversidade de opiniões, em relação à variação da dimensão destas populações de aves.



Fotografia 7.8 - Abetarda
(in Hammond & Everett, 1980)

Salienta-se no entanto, que os agricultores que consideram que a população de abetardas é actualmente mais reduzida, afirmaram que: *“há mais de 30 anos, nesta região era frequente observarem-se grandes bandos de abetardas e de sisões”*.

De acordo com a opinião de alguns, estas populações devem ter começado a diminuir, com a entrada em funcionamento da base aérea de Beja, em 1964. Os voos de treino teriam provavelmente afectado a tranquilidade necessária, obrigando algumas destas aves a abandonar a região.

As tarambolas e os abibes são aves invernantes que segundo alguns, antigamente surgiam em bandos que *“tapavam o céu”*. No entanto as populações destas aves parecem variar em quantidade, de acordo com a ocorrência de chuvas no Inverno, tendo tendência a aumentar, quando chove mais.

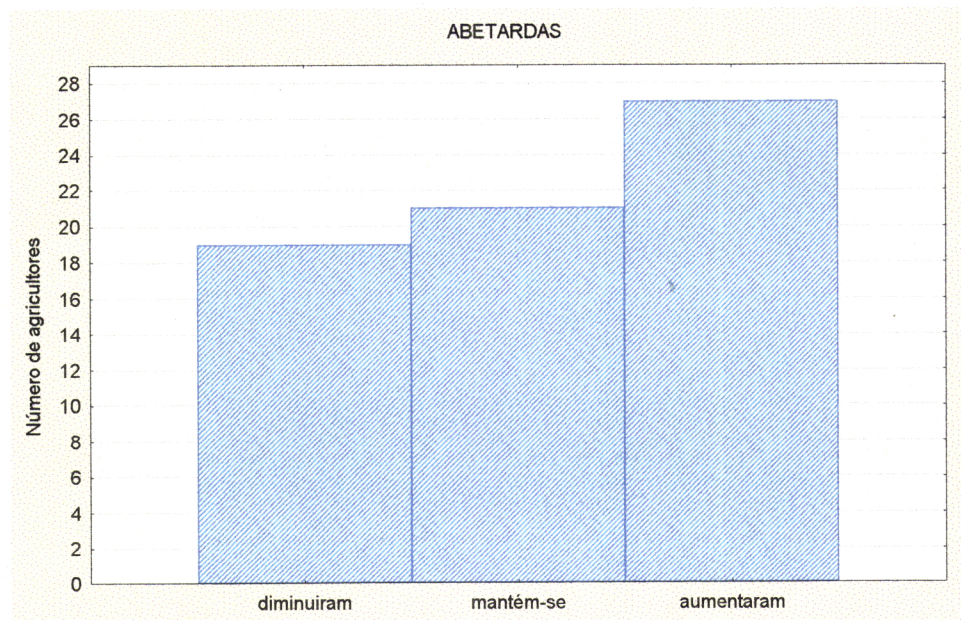


Figura 7.53 - Percepção dos agricultores em relação à variação da população de abetardas

Outro tipo de padrão da percepção dos agricultores, em relação à variação da dimensão das populações de algumas espécies de aves, está representado pela figura 7 54 e é referente à população de calhandras (fotografia 7.7), apresentando-se semelhante em relação aos alcaravões (fotografias 7.9, 7.10).

Verifica-se que existe uma diferenciação relativamente significativa entre os grupos de agricultores que dizem que esta população diminuiu (46% dos agricultores em relação às calhandras e 36% em relação aos alcaravões) e aqueles que afirmam que aumentou (17,7% dos agricultores em relação às calhandras e 18,7% em relação aos alcaravões).



Fotografia 7.9 - Calhandra-comum (in Guedes et Costa,1994)



Fotografia 7.10. - Alcaravão
(in Guedes et Costa, 1994)

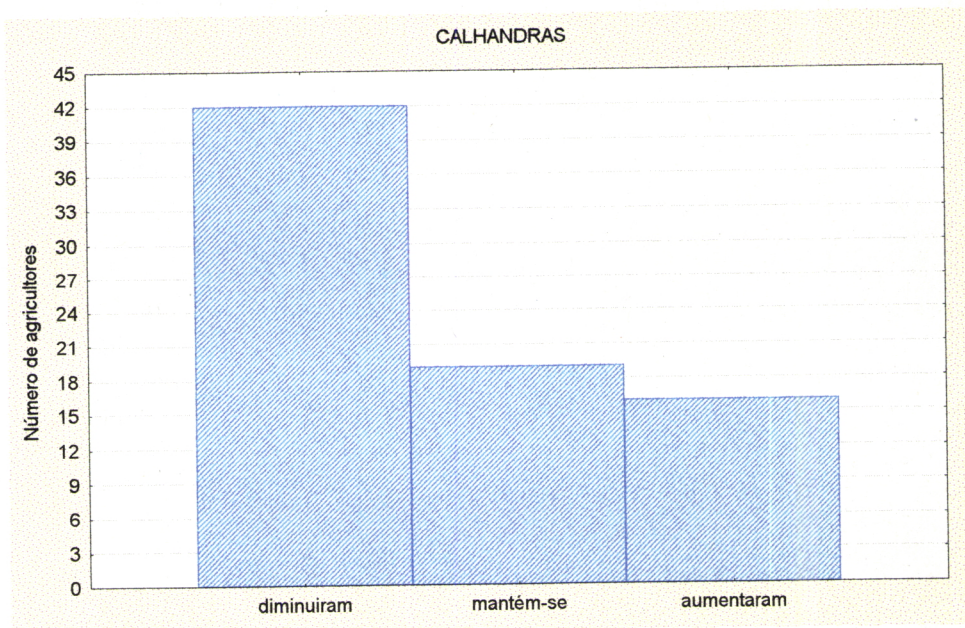


Figura 7.54 - Percepção dos agricultores, quanto à variação da população de calhandras.

Na opinião de alguns agricultores, a diminuição da população de calhandras, esteve associada, aos “*passareiros*” indivíduos frequentes nesta zona acerca de 30 anos, que para sobreviverem, as apanhavam e vendiam a outros, que as faziam chegar à capital, onde existia um mercado consumidor. Inicialmente, o método de captura utilizado eram as ratoeiras, mas com o aparecimento de determinados venenos, o processo tornou-se mais sofisticado. Em época de sementeira, o trigo era envenenado com “605 forte”, passando a chamar-se de “*trigo roxo*”. O negócio tornou-se rentável e desta forma foram dizimadas muitas aves.

Quanto aos alcaravões ou “*galinhas do mato*”, o facto de serem muito difíceis de se observar durante o dia, poderá ter influenciado a percepção da sua ocorrência. Os agricultores habitualmente dão pela sua presença, através do cantar nocturno característico desta ave.

A percepção dos agricultores em relação à variação das populações de cortiços, cegonhas e carraceiros, mostram outros tipos de padrões.

Em relação aos cortiços (figura 7.55; fotografia 7.11), vulgarmente conhecidos por “*barrigas negras*”, metade dos agricultores (51%) tem a percepção de que esta população de aves diminuiu bastante, tendo praticamente desaparecido, enquanto outros (44.4%) a desconhecem, embora para muito poucos (4%) esta população parece ter-se mantido.

Verificámos ainda, que há 15 ou 20 anos, viam-se nesta região grandes bandos de cortiços, sendo frequente observarem-se a beber água nas charcas. A caça, segundo a opinião de alguns, foi a principal razão da actual diminuição desta população.

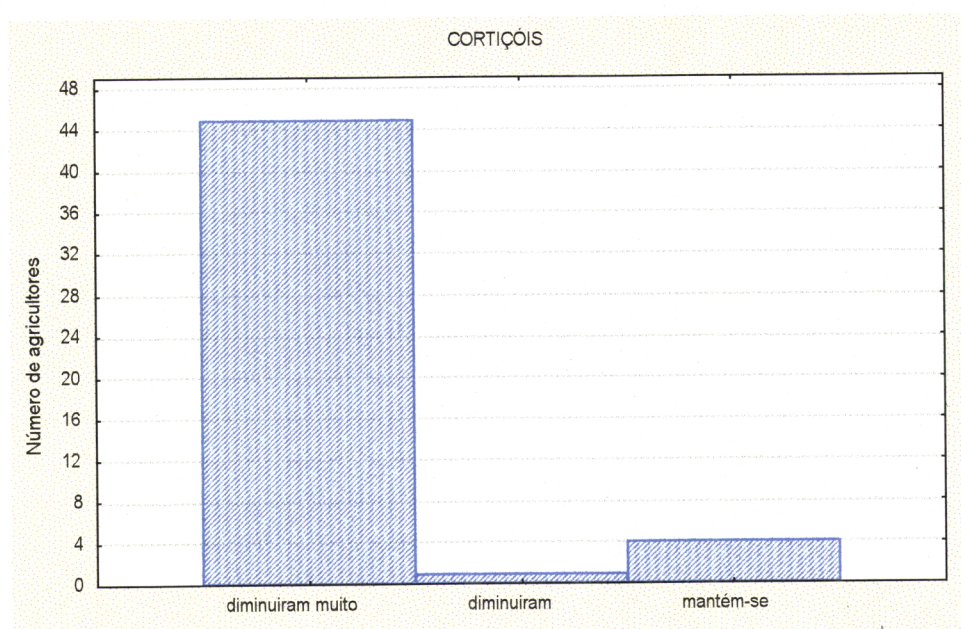
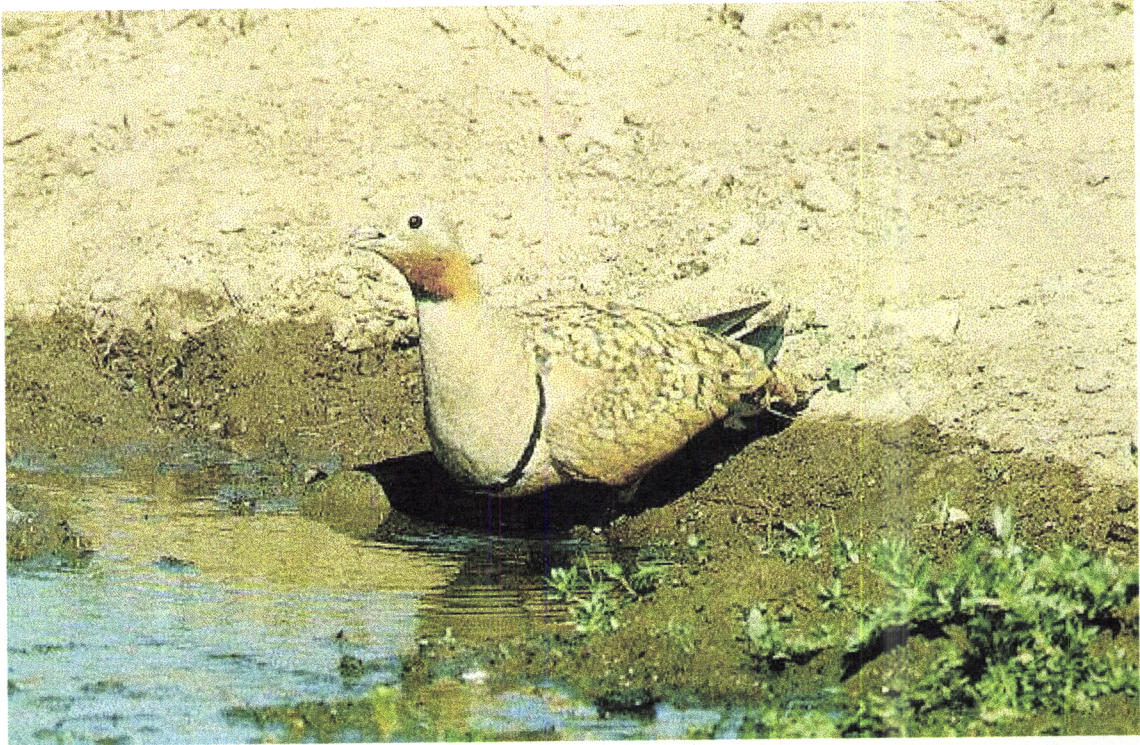


Figura 7.55 - Percepção dos agricultores, quanto à variação da população de cortiços.

No que se refere às cegonhas (figura 7.56; fotografia 7.12), quase metade dos agricultores (45.5%) considera que esta população aumentou nos últimos tempos. Alguns, alertam para o excessivo número de cegonhas que nidifica no monte das Oliveiras, porém para outros (31%), a quantidade destas aves tem-se mantido, enquanto para 14% diminuiu.



Fotografia 7.11.- Cortiçol
(in Guedes et Costa, 1994)

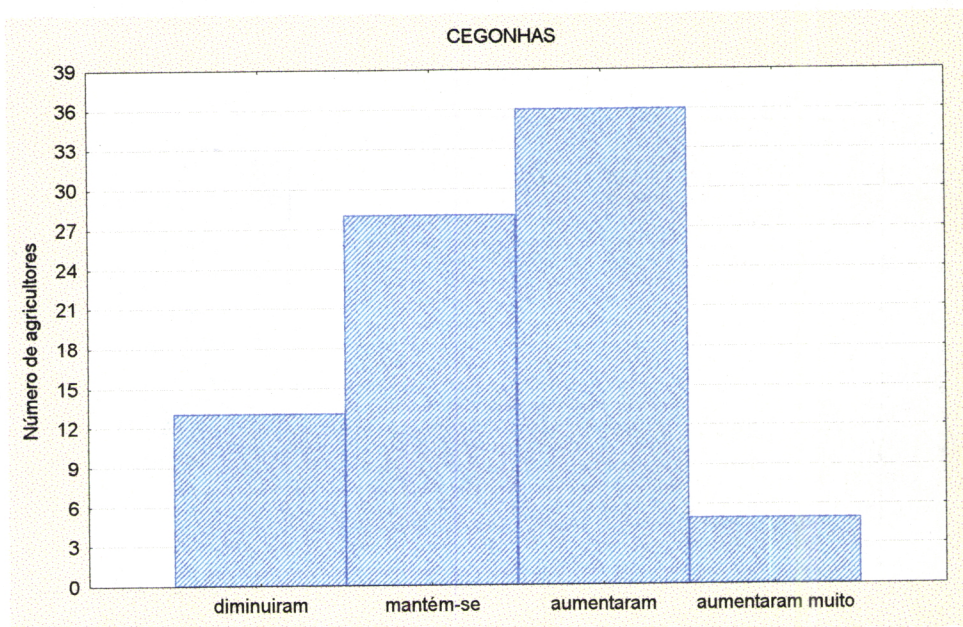


Figura 7.56 - Percepção dos agricultores em relação à variação da população de cegonhas.



Fotografia 7.12 - Cegonha
(in Hammond et Everett, 1980)

O aumento significativo da população de carraceiros (figura 7.57; fotografia 7.11) é salientado pela maioria dos agricultores (83%) que os consideram uma “praga”. Segundo parte dos agricultores, em tempos, esta ave não existia na região, apareceu há 15 ou 20 anos, quando começaram a surgir as barragens nos arredores.

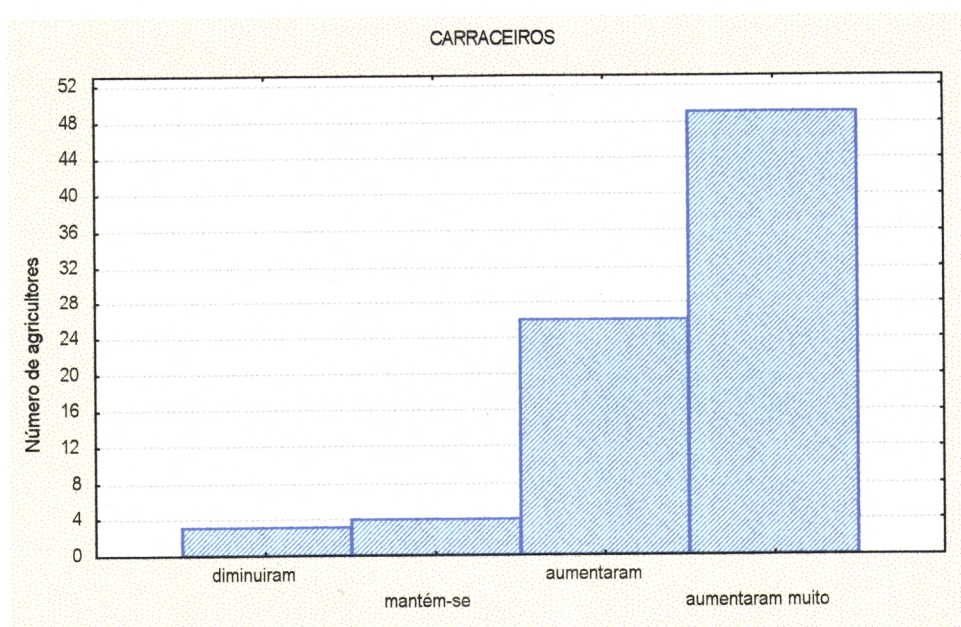


Figura 7.57 - Percepção dos agricultores quanto à variação da população de carraceiros.



Fotografia 7.13 - Carraceiro
(in Hammond et Everett)

7.3.1.3. INTERFERÊNCIA DAS AVES NA ACTIVIDADE AGRO-PECUÁRIA

No que se refere à interferência destas espécies, na actividade agro-pecuária, também se nota a existência de um padrão de respostas muito consistente. Este apresenta-se na figura 7.58 que representa a opinião dos agricultores em relação à interferência das abetardas na sua actividade, e aparece inalterado em relação a todas as outras espécies (sisões, calhandras, tarambolas, águias - caçadeiras, alcaravões e cegonhas) (Anexo. IV), à excepção do carraceiro.

Verifica-se que a maioria dos agricultores considera que estas aves não afectam os seus trabalhos.

Os carraceiros parecem ser uma excepção (figura 7.59), pois quase metade dos agricultores (42.2%) considera que estas aves são uma “praga” que prejudica a actividade pecuária, sendo os principais transmissores de doenças no gado. Facto que é demonstrado nalgumas das justificações apresentadas: “o carraceiro é o pior, transmite o mal ao gado” e “ao poisarem em rebanhos doentes, levam nas patas a ronha, que depois é transmitida a rebanhos saudáveis”. Referem-se ainda ao facto de os excrementos destas aves “tingirem” as águas das charcas e das barragens, tornando estas

impróprias para o “*abeberamento do gado*”, assim como ao facto de destruírem os ovos e as crias de outras espécies.

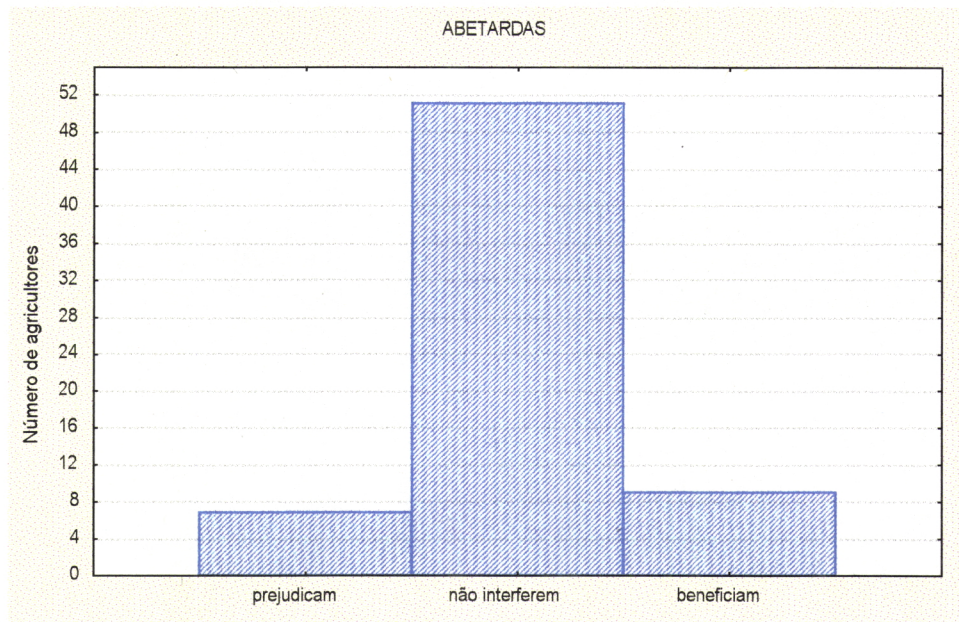


Figura 7.58 - Opinião dos agricultores em relação à interferência das abetardas na sua actividade

No entanto outros (45.5%), são da opinião de que é uma ave que não interfere na sua actividade .

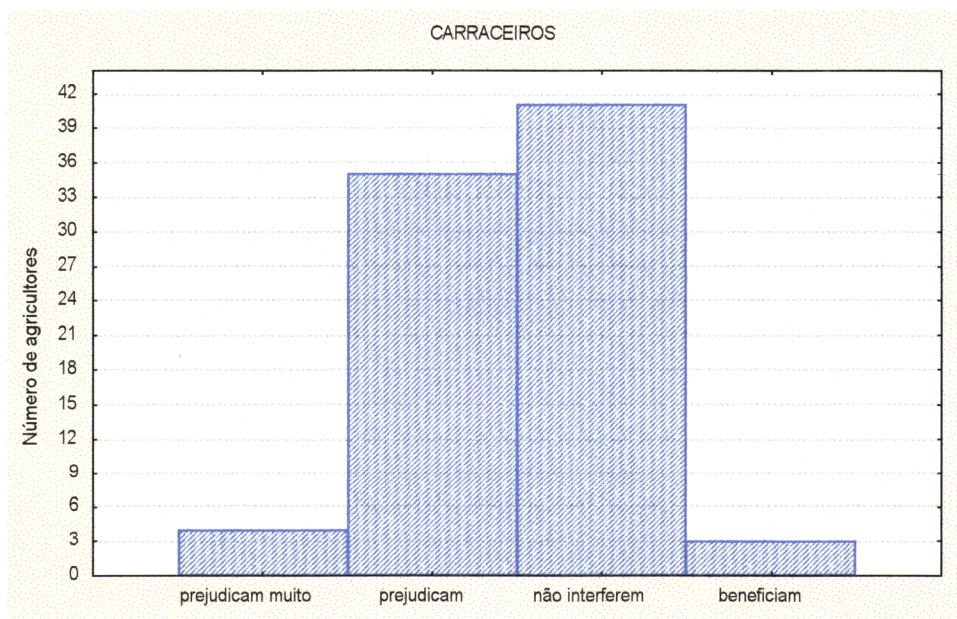


Figura 7.59 - Opinião dos agricultores quanto à interferência dos carraceiros na sua actividade

Esta aparente contradição, parece ter fundamento no facto de serem os agricultores que possuem mais gado, aqueles que se sentem mais prejudicados em relação aos carraceiros. Hipótese que será analisada e testada mais à frente .

No que se refere a alguns dos prejuízos causados pela avifauna na lavoura, foi pontualmente referido que:

- as abetardas e as calhandras, comem muita semente, destruindo as culturas em tempo de sementeira;
- as cegonhas partem o trigo e a cevada quando procuram os gafanhotos no meio da seara, dão cabo dos telhados das casas dos montes e são as causadoras da “seca” das árvores onde, ano após ano, instalam os seus ninhos;
- as águias, roubam as galinhas e os pintos nos montes e destroem toda a caça, comendo os perdigotos;
- os corvos foram também referidos, pois comem os ovos de outras aves e matam os borregos pequenos, tirando-lhes os olhos.

Para alguns, as aves são úteis para a agricultura:

- as abetardas, os sisões, as tarambolas, os abibes e as cegonhas, pois comem os insectos que estragam a seara;
- as cegonhas e as águias porque comem pequenos roedores, como os ratos;
- os carraceiros, aparecem aqui também incluídos, pois há quem considere que comem os parasitas ao gado.

7.3.1.4. IMPORTÂNCIA DAS AVES E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

A análise das opiniões dos agricultores no que se refere à importância desta avifauna, permite verificar (figura 7.60) que, para a maioria (91%), estas aves são importantes (37.7% chegam a considerá-las de muito importantes).

Facto que parece interessante, em virtude dos agricultores considerarem que as aves não lhes trazem benefício significativo. O que se pode provavelmente explicar por estarem habituados a vê-las nos campos, e/ou pelo facto de talvez compreenderem que sem a agricultura estas não existiam.

A análise da opinião dos agricultores em relação à importância do seu papel na Conservação da Natureza (figura 7.61), permite verificar que estes, na sua maioria (97.7%), consideram que têm um papel importante ou muito importante.

A análise da opinião dos agricultores em relação ao seu papel na protecção destas aves, permite perceber qual o contributo destes em relação à Conservação da Natureza.

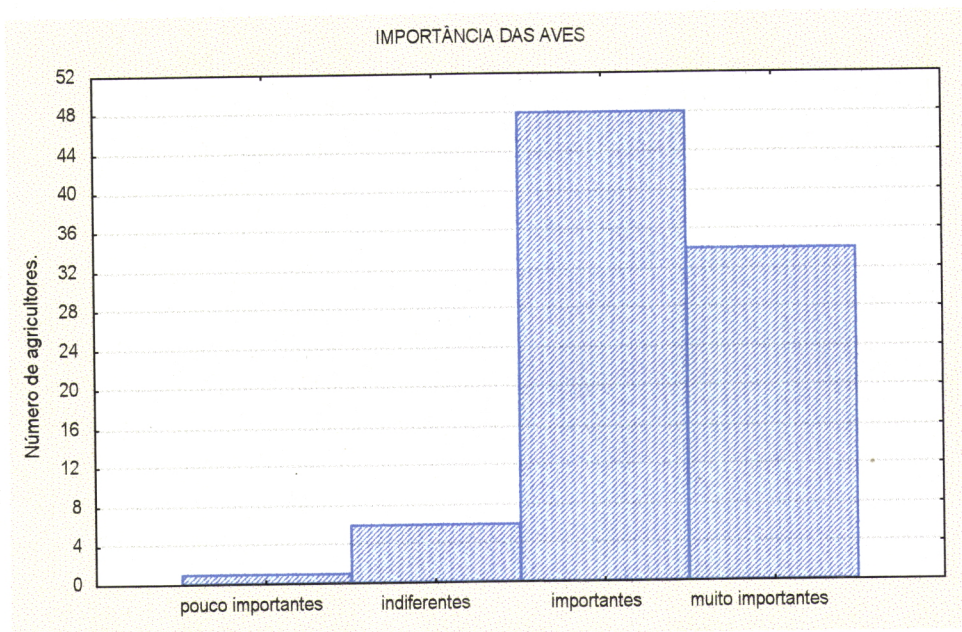


Figura 7.60 - Opinião dos agricultores em relação à importância destas aves.

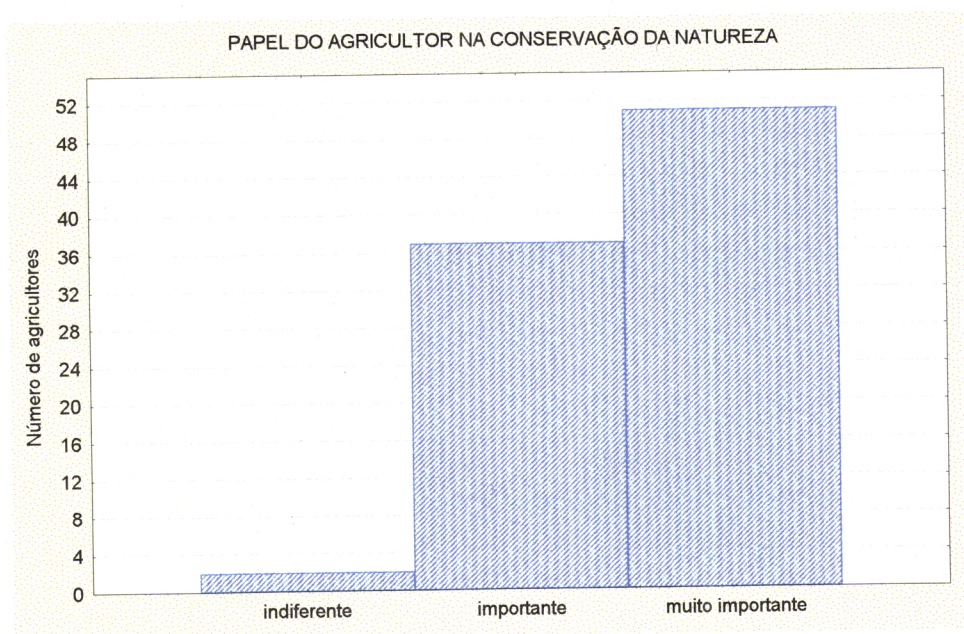


Figura 7.61 - Opinião dos agricultores em relação ao seu papel na Conservação da Natureza.

Verificámos que a maioria considera que estas aves devem ser protegidas, pois pouco interferem na sua actividade, não os prejudicando e sendo até úteis, quando comem os insectos. Salientam ainda que o verdadeiro agricultor as protege sempre, pois é ele que as alimenta, criando condições para que existam.

Os carraceiros, pelas razões anteriormente mencionadas, são considerados, para alguns, as únicas aves que não merecem protecção.